

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 807

**DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL:
EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE
VIDA NA DÉCADA DE 90***

Ricardo Henriques**

Rio de Janeiro, julho de 2001

* Agradeço, sem evidentemente comprometê-los com o texto, os comentários de Carlos Hasenbalg e Sergei Soares. Agradeço, ainda, o atento e importante trabalho de assistência de pesquisa de Renata Lourenço Guagliardi, Marcelo Pessoa e Werner Hernany. Colaboraram, ainda, de forma dedicada, Ana Luiza Louzada, Ana Carolina Brasil e Allexandro Mori Coelho.

** Do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Martus Tavares - Ministro

Guilherme Dias - Secretário Executivo



Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

DIRETORIA

Eustáquio José Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

Texto para Discussão tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 130 exemplares

DIVISÃO EDITORIAL

Supervisão Editorial: Helena Rodarte Costa Valente

Revisão: Alessandra Senna Volkert (estagiária), André Pinheiro, Elisabete de Carvalho Soares, Lucia Duarte Moreira, Luiz Carlos Palhares e Miriam Nunes da Fonseca

Editoração: Carlos Henrique Santos Vianna, Rafael Luzente de Lima, Roberto das Chagas Campos e Ruy Azeredo de Menezes (estagiário)

Divulgação: Libanete de Souza Rodrigues e Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica: Cláudio de Souza e Edson Soares

Rio de Janeiro - RJ

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar - CEP 20020-010

Tels.: (0xx21) 3804-8116 / 8118 – Fax: (0xx21) 2220-5533

Caixa Postal: 2672 – E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília - DF

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10º andar - CEP 70076-900

Tels.: (0xx61) 3315-5336 / 5439 – Fax: (0xx61) 315-5314

Caixa Postal: 03784 – E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - POPULAÇÃO E COMPOSIÇÃO RACIAL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, ETÁRIA E POR GÊNERO	4
3 - COMPOSIÇÃO DA POBREZA: PARÂMETROS DA EXCLUSÃO RACIAL	9
4 - DESIGUALDADE DE RENDA: O EMBRANQUECIMENTO DA RIQUEZA NACIONAL	17
5 - EDUCAÇÃO: HERANÇA E HORIZONTES DA DISCRIMINAÇÃO EDUCACIONAL	26
6 - TRABALHO INFANTIL: ESTADO DE MAL-ESTAR RACIAL	32
7 - MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES DE TAMANHO DO MERCADO E DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS POSTOS DE TRABALHO	35
8 - CONDIÇÕES MATERIAIS DE BEM-ESTAR: HABITAÇÃO E CONSUMO DE BENS DURÁVEIS	41
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

1 - INTRODUÇÃO

O pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. O aceite dessa tese, apesar de ainda limitado, tem crescido no interior da sociedade civil, sobretudo a partir dos anos 80, com o fortalecimento do Movimento Negro e a produção acadêmica de diagnósticos sociais sobre as desigualdades raciais.¹ Este texto pretende apresentar um mapeamento das condições de vida da população brasileira nos anos 90, privilegiando o recorte racial de forma a servir como mais uma contribuição ao diagnóstico das desigualdades raciais no Brasil.

A análise sobre a desigualdade racial será aqui estabelecida no contexto da desigualdade socioeconômica e da pobreza no Brasil. Em trabalhos anteriores² foi demonstrado, de forma categórica, que o Brasil, tanto em termos absolutos como em termos relativos, não pode ser considerado um país pobre mas deve ser reconhecido como um país extremamente injusto. E essa injustiça social encontra-se na origem do enorme contingente de pobres em nossa sociedade.

Em 1999 cerca de 54 milhões de brasileiros eram pobres, dos quais 22 milhões indigentes. Esse enorme contingente de pobreza inquieta, sobretudo, porque as experiências dos países com renda *per capita* semelhante à brasileira tornam evidente o caráter excepcional de sua magnitude. Por exemplo, se o grau de desigualdade de renda brasileira correspondesse à média da desigualdade dos países com níveis de renda *per capita* similares ao Brasil, tenderíamos a ter cerca de 10% de pobres ao invés dos atuais 34%.

A intensidade de nossa desigualdade de renda, por sua vez, coloca o Brasil distante de qualquer padrão reconhecível, no cenário mundial, como razoável em termos de justiça distributiva. As origens históricas e institucionais da desigualdade brasileira são múltiplas, mas sua longa estabilidade faz com que o convívio cotidiano com ela passe a ser encarado, pela sociedade, como algo natural.³ A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes.

A naturalização da desigualdade, por sua vez, engendra no seio da sociedade civil resistências teóricas, ideológicas e políticas para identificar o combate à desigualdade como prioridade das políticas públicas. Procurar desconstruir essa naturalização da desigualdade encontra-se, portanto, no eixo estratégico de redifinição dos parâmetros de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse

¹ Ver, em particular, os trabalhos pioneiros de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Destacam-se, entre outros, Hasenbalg (1979), Hasenbalg e Silva (1988) e Hasenbalg, Silva e Lima (1999).

² Ver, em particular, Barros, Henriques e Mendonça (2000a, b).

³ Sobre a noção de “naturalização” da desigualdade no Brasil, ver Henriques (2000, 2001).

sentido, a questão da desigualdade racial necessita ser incorporada como elemento central do debate.

O marco conceitual base para o nosso estudo entende, portanto, que a pobreza é um dos mais agudos problemas econômicos do país, mas a desigualdade — principal determinante da pobreza — é o maior problema estrutural do Brasil. Desse modo, a agenda de pesquisa e de definição de políticas públicas que prioriza a questão da desigualdade tem como implicação necessária a compreensão da questão da desigualdade racial. Desnaturalizar a desigualdade econômica e social no Brasil passa, portanto, de forma prioritária, por desnaturalizar a desigualdade racial.

A intensa desigualdade racial brasileira, associada a formas usualmente sutis de discriminação racial, impede o desenvolvimento das potencialidades e o progresso social da população negra. O entendimento dos contornos econômicos e sociais da desigualdade entre brasileiros brancos e brasileiros afro-descendentes apresenta-se como elemento central para se construir uma sociedade democrática, socialmente justa e economicamente eficiente. Essa investigação assume maior pertinência quando reconhecemos que os termos da naturalização do convívio com a desigualdade no Brasil são ainda mais categóricos no fictício mundo da “democracia racial” ditado há mais de 60 anos por Gilberto Freire,⁴ mas ainda verdadeiro para muitos brasileiros.

Este trabalho é o primeiro de uma série produzida pelo IPEA, no âmbito de um programa de pesquisa estabelecido em parceria com o PNUD, que procura analisar, de forma exaustiva, os determinantes, conseqüências e impactos socioeconômicos da desigualdade racial e gerar propostas de desenho de políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades raciais no Brasil.⁵ Especificamente, o texto busca ser apenas um relato socioeconômico da desigualdade racial no Brasil, com base na análise das informações domiciliares extraídas das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não se pretende, portanto, no corpo deste volume, realizar uma investigação teórica sobre os determinantes e as conseqüências da desigualdade racial, nem definir um conjunto propositivo de políticas públicas que enfrentem as questões da discriminação e da desigualdade racial. Trata-se de uma análise de economia do bem-estar que pretende contribuir para o diagnóstico da desigualdade racial no Brasil, identificando várias de suas dimensões, a partir da investigação das

⁴ É importante destacar, na contramão da vulgarização do argumento freyreano, a reinterpretação da democracia racial como um “mito” fundador da nacionalidade, em particular nos trabalhos de Roberto DaMatta (1990) e Peter Fry (1998, 2000).

⁵ Este programa de pesquisa, coordenado pelo IPEA, iniciou-se em março de 2001, com duração prevista de dois anos. Os técnicos do IPEA Sergei Soares e Alexandre Marinho, com suas respectivas equipes, também participam da realização do programa.

desvantagens dos negros em relação aos brancos e da variação das distâncias entre as raças.⁶

Procura-se aqui descrever e analisar a magnitude e a evolução da desigualdade entre brancos e negros expressas em diversos indicadores socioeconômicos das condições de vida da população brasileira. Nesse sentido buscamos, por um lado, entender o tamanho absoluto das diferenças entre negros e brancos em um amplo conjunto de indicadores socioeconômicos. Por outro lado, estabelecer as trajetórias de convergência ou divergência entre as raças no que se refere à evolução das condições de vida, identificando em que medida essas trajetórias estão associadas ao reforço dos padrões observados de desigualdade racial.

O texto realiza, portanto, uma análise econômica do bem-estar das populações branca e negra, identificando o perfil e a intensidade da desigualdade racial do Brasil ao longo dos anos 90. Analisam-se, em particular, as dimensões associadas à estrutura populacional, pobreza, distribuição de renda, educação, trabalho infantil, mercado de trabalho, condições habitacionais e consumo de bens duráveis.

O trabalho organiza-se em sete seções, além da introdução e da conclusão. Na segunda seção vemos a composição racial da população brasileira procurando diferenciar os recortes de região, gênero e faixas etárias. O principal objetivo da seção é apresentar, a partir de diversos ângulos, padrões da composição racial da população que sirvam de referência para entender as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos. A terceira seção apresenta a magnitude da pobreza no interior de cada raça, a partir de vários recortes, e procura discutir em que medida a pobreza e a indigência estão “democraticamente” distribuídas entre as raças. A reflexão remete à existência e à magnitude da sobre-representação dos negros na pobreza e ao diferencial entre brancos e negros nas dimensões de gênero, região e idade. A quarta seção trata da desigualdade de renda e procura identificar o tamanho das desigualdades inter e intra-raciais. Discute a heterogeneidade racial no interior da distribuição de renda, destacando em particular os segmentos de renda mais elevada. Procede, ainda, a algumas simulações procurando estimar os potenciais redistributivos e as tendências de convergência racial.

Nas seções seguintes procura-se estabelecer um retrato parcial do nível absoluto e das diferenças nas condições de vida da população branca e da população negra, considerando aspectos selecionados de quatro dimensões do bem-estar. Na quinta seção discutem-se as diferenças de escolaridade e de desempenho escolar entre brancos e negros. Apresenta-se um recorte intergeracional, definindo o padrão e a evolução da discriminação racial expressa em termos da escolaridade de jovens e adultos de ambas as raças. A sexta seção apresenta a evolução das diferenças entre crianças negras e brancas — de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos —, no que se refere

⁶ A noção de desigualdade racial remonta à mensuração das diferenças entre negros e brancos, entendendo que “para atingir uma situação de igualdade racial completa, é necessário que os dois grupos raciais (brancos e não-brancos) se distribuam igualmente na hierarquia social e econômica”. Hasenbalg e Silva (1988:140).

ao trabalho infantil. Na sétima seção discute-se um conjunto de indicadores de condições de vida associados ao comportamento do mercado de trabalho. Os indicadores referem-se exclusivamente ao tamanho do mercado de trabalho e à distribuição dos postos de trabalho. Na oitava seção apresentam-se as condições materiais de bem-estar de negros e brancos relativas à habitação e ao consumo de bens duráveis. Em todas as seções procura-se definir a posição atual, a evolução na década e as trajetórias de distanciamento ou aproximação entre brancos e negros.

2 - POPULAÇÃO E COMPOSIÇÃO RACIAL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, ETÁRIA E POR GÊNERO

Os brasileiros afro-descendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria. Em 1999, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),⁷ entre os cerca de 160 milhões de indivíduos que compunham a população brasileira, 54% se declaravam brancos, 39,9% pardos, 5,4% pretos, 0,46% amarelos e 0,16% índios.⁸ A evolução histórica mostra, na tabela 1, que os brancos eram minoria no século passado, representando 44% da população em 1890. De acordo com Andrews (1992) e, também, Silva (1992), a forte imigração européia ocorrida entre o final do século e os anos 30 implicou uma recomposição racial da população brasileira, com a participação dos brancos alcançando 64% no recenseamento de 1940. Antes de meados do século XX, no entanto, as imigrações aparentemente deixam de ser um elemento crucial na recomposição demográfica da população brasileira e, desde então, como nos diz Silva (1992:7), “a dinâmica demográfica passa a ser regida basicamente pelos regimes de mortalidade e de fecundidade e, no caso da composição por cor, também pelo padrão de intercasamento”.⁹ De forma independente das variações no longo período, vemos que a composição por cor da população brasileira apresenta-se bastante estável a partir da década de 80 do século XX.¹⁰

Como vemos na tabela 1, a partir da década de 80 observamos a manutenção de um padrão relativamente estável da composição racial brasileira que resultou de um processo contínuo, entre os anos 40 e os anos 80, de redução nas populações

⁷ As informações estatísticas aqui apresentadas baseiam-se nas estimativas da pesquisa domiciliar amostral - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – aplicada anualmente pelo IBGE. Observe-se que não foi realizada a pesquisa no ano de 1994.

⁸ A PNAD pergunta ao entrevistado “qual a cor ou raça” dos membros do domicílio. O universo de respostas para essa questão é pré-definido, possibilitando a escolha somente entre as opções branca, preta, amarela, parda e indígena. Neste trabalho, quando nos referimos à população negra ou afro-descendente no Brasil, estamos considerando o conjunto das populações parda e preta declaradas nas PNAD.

⁹ A análise da evolução da composição racial da população desde o final do século XIX não deve desconsiderar, contudo, as significativas modificações ocorridas ao longo do tempo nas definições, nas percepções e nas autopercepções da cor dos indivíduos. Isto pode comprometer a interpretação de algumas mudanças no longo período. Para uma discussão das definições e dos limites do quesito “cor/raça”, ver Schwartzman (1999).

¹⁰ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) só dispõe do quesito cor/raça após 1987, sendo que somente em 1992 a opção “indígena” passa a ser considerada.

preta e branca e aumento na população parda. Ao longo da década de 90 confirmam-se os patamares estabelecidos no início dos anos 80, com os brancos representando cerca de 55%, e os negros, cerca de 45% da população brasileira.

Tabela 1

Distribuição da População Brasileira por Cor - Série Histórica

(Em %)

Cor	Anos											
	1890	1940	1950	1960	1980	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Amarela *	-	0,7	0,8	0,8	0,8	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5
Branca	44,0	63,5	61,7	61,0	54,8	54,0	54,2	54,4	55,2	54,4	54,0	54,0
Indígena	-	-	-	-	-	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2
Parda	41,4	21,2	26,5	29,5	38,5	40,1	40,1	40,1	38,2	39,9	39,5	39,9
Preta	14,6	14,6	11,0	8,7	5,9	5,4	5,1	4,9	6,0	5,2	5,7	5,4

Fonte: Censos Demográficos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: * Até 1980 a população de cor amarela estava inserida na categoria "Outros".

A complexidade da composição racial da população brasileira justifica que apresentemos uma decomposição demográfica que considere os recortes de região, idade e gênero. Esses três recortes serão especificados para o ano de 1999 e, quando pertinente, procederemos a uma descrição da evolução na década de 90. A descrição da composição racial da população pretende servir de parâmetro para identificar, em outras seções do texto, em que medida os negros estão em desvantagem em relação aos brancos no que se refere à distribuição das oportunidades sociais no Brasil.

A primeira questão que se coloca refere-se ao tamanho absoluto de cada raça no contexto da distribuição regional do país. Assim, a distribuição da população brasileira consideradas, em simultâneo, a região de residência e a cor declarada pelos indivíduos, nos mostra que os principais contingentes populacionais do país correspondem aos brancos e aos pardos na região Sudeste, aos pardos na região Nordeste e aos brancos na região Sul. Especificamente, 28% da população é composta por brancos residentes na região Sudeste, 19% pardos no Nordeste, 13% brancos no Sul e 12% pardos no Sudeste. Esses quatro contingentes representam, portanto, mais de 70% do total da população brasileira, conforme verificamos na tabela 2.

Tabela 2

Distribuição da População Brasileira por Cor e Região – 1999

(Em %)

Cor	Regiões				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Amarela	0,03	0,02	0,01	0,33	0,07
Branca	3,25	8,60	1,42	27,98	12,78
Indígena	0,03	0,02	0,04	0,03	0,03
Parda	3,48	18,66	3,45	12,42	1,93
Preta	0,25	1,63	0,12	2,94	0,46

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

A composição racial da população apresenta relevantes diferenças regionais. Quando consideramos a distribuição da população de cada região segundo o critério de cor dos indivíduos podemos extrair uma indicação acerca dos grupos raciais majoritários e minoritários em nível regional. Temos um nítido padrão de distribuição regional, com os brancos sendo a maioria nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul) e os pardos sendo majoritários nas regiões menos desenvolvidas (Nordeste e Norte). Vemos na tabela 3 que a região Sul, que dispõe de 15,3% da população nacional, é composta de forma preponderante por brancos; 83% de seus habitantes declaram-se dessa cor. Na região Sudeste, que concentra a maior parte da população brasileira (43,7%), observamos que 64% de seus habitantes declaram-se brancos, e 34%, negros. Os habitantes das regiões Nordeste e Norte são em sua maioria negros e a composição racial dessas regiões é praticamente simétrica à da população do Sudeste. No Nordeste, onde reside 28,9% da população brasileira, e no Norte, com 5% da população, constatamos que cerca de 70% declaram-se negros. Na região Centro-Oeste a distribuição racial é mais equilibrada e quase simétrica à distribuição nacional, com 53% declarando-se negros e 46%, brancos.

Tabela 3

Distribuição da População Regional segundo a Cor — 1999

(Em %)

Cor	Regiões				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Amarela	0,37	0,08	0,17	0,75	0,49
Branca	46,21	29,72	28,12	64,02	83,62
Indígena	0,46	0,08	0,84	0,07	0,21
Parda	49,42	64,49	68,55	28,42	12,64
Preta	3,53	5,62	2,32	6,72	3,03
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

Ao considerarmos como as populações de cada raça se distribuem entre as regiões, isto é, a distribuição regional da cor, podemos identificar onde vivem os negros e os brancos. Vemos, na tabela 4, que cerca 75% da população branca reside nas regiões mais desenvolvidas do país, com 52% concentrados no Sudeste. Quase a metade da população parda (47%) vive no Nordeste e 31%, no Sudeste. A população de cor preta, por sua vez, apresenta uma diferença na sua distribuição espacial frente à população parda, posto que 54,5% de sua população se encontra no Sudeste. Assim, observamos uma importante distinção no interior da população negra posto que a população de cor preta concentra-se mais fortemente nas regiões ricas do país, dispondo, a princípio, de uma vantagem locacional *vis-à-vis* a população de cor parda. Cabe ainda destacar o fato de a população de origem oriental, apesar de seu pequeno peso na população nacional, concentrar-se quase exclusivamente nas regiões Sudeste (71%) e Sul (16%).

Tabela 4

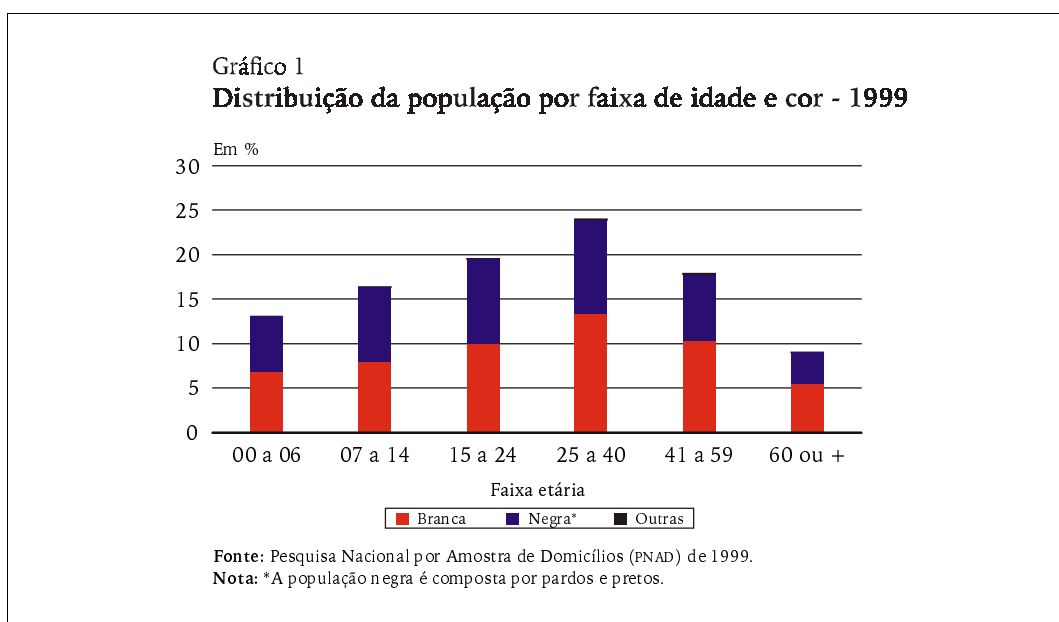
Distribuição da População por Cor segundo Região — 1999

(Em %)

Cor	Regiões					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Amarela	5,60	5,20	1,86	71,21	16,13	100
Branca	6,01	15,92	2,62	51,78	23,66	100
Indígena	20,00	14,53	25,84	19,61	20,02	100
Parda	8,70	46,72	8,65	31,09	4,84	100
Preta	4,61	30,14	2,17	54,49	8,60	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

Quanto à idade, a pirâmide etária da população brasileira tem evidenciado um envelhecimento ao longo das últimas décadas,¹¹ e em particular nos anos 90, a população de 0 a 6 anos de idade cai de 15% em 1992 para 13,1% em 1999, e a de 7 a 14 cai de 18,7% para 16,4% no mesmo período. A população de 45 a 59, por sua vez, cresce de 11% para 13% e os com mais de 60 anos passam de 7,9% para 9%. No gráfico 1 observamos, em 1999, a distribuição da população brasileira por faixa de idades e composição racial. O peso da população branca em relação à população negra cresce de forma contínua ao longo das faixas de idade, com pequena exceção na faixa de 7 a 14 anos. As crianças de 0 a 6 anos representavam 13% da população, sendo 52% brancos e 47,5% negros – já os idosos com mais de 60 anos representavam 9% da população: 61,5% brancos e 38,5% negros.



¹¹ Ver, em particular, Camarano (1999).

Considerada a evolução da pirâmide etária das populações de cada cor, detectamos na tabela 5 que o efeito de envelhecimento da população total mantém-se para brancos e negros. Brancos e negros são cada vez mais idosos e, entre eles, há menos crianças e jovens. Em 1992, por exemplo, 14,6% e 17% da população de cor branca estavam, respectivamente, nas faixas de 0 a 6 e de 7 a 14 anos de idade. Em 1999 essa participação reduziu-se para 12% e 14,8%. Os idosos brancos passaram de 8,6% para 10,1% entre 1992 e 1999. Entre pardos e pretos, por sua vez, vemos que as crianças de 0 a 6 anos representavam, em 1992, 16,3% e 12,2% de suas respectivas populações. Em 1999 essas participações eram de 14,1% e 10,6%. Os idosos pardos passaram de 6,5% para 7,2%, e os pretos, de 9,9% para 11,3% no mesmo período.

Tabela 5

Evolução da Distribuição da População por Cor segundo a Faixa de Idade

(Em %)

Cor	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
<i>Branca</i>							
De 0 a 6 anos	14,6	14,5	13,4	12,9	13,1	12,8	12,6
De 7 a 14 anos	17,0	16,9	16,5	16,1	15,6	15,0	14,8
De 15 a 24 anos	18,1	17,8	18,0	18,4	18,2	18,6	18,5
De 25 a 44 anos	29,8	29,9	29,8	29,9	30,4	29,9	30,0
De 45 a 59 anos	11,8	12,0	13,0	13,0	13,0	13,8	13,9
De 60 anos ou mais	8,6	8,8	9,3	9,7	9,7	9,9	10,1
<i>Parda</i>							
De 0 a 6 anos	16,3	15,8	15,4	14,8	14,7	14,6	14,1
De 7 a 14 anos	21,2	21,2	20,6	20,3	19,7	19,4	18,8
De 15 a 24 anos	20,2	20,3	20,1	20,8	20,7	20,8	21,0
De 25 a 44 anos	26,1	26,1	26,9	26,8	27,0	27,3	27,5
De 45 a 59 anos	9,7	10,0	10,3	10,6	11,0	11,0	11,4
De 60 anos ou mais	6,5	6,5	6,6	6,7	6,9	6,9	7,2
<i>Preta</i>							
De 0 a 6 anos	12,2	12,1	11,1	11,0	10,6	10,4	10,6
De 7 a 14 anos	17,1	17,2	16,1	16,2	15,5	14,6	14,7
De 15 a 24 anos	19,2	19,2	19,3	19,7	19,4	19,5	19,7
De 25 a 44 anos	28,7	28,7	29,0	29,1	29,9	30,3	29,1
De 45 a 59 anos	12,8	12,8	13,5	13,9	14,3	14,7	14,6
De 60 anos ou mais	9,9	10,0	10,9	10,2	10,3	10,5	11,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: A desagregação dos dados nesta tabela não assegura representatividade estatística para as populações de origem indígena e asiática.

Além de acompanhar a evolução ao longo da década, devemos observar as diferenças na composição etária entre as raças. Apesar de não dispormos de indicadores de fecundidade e de mortalidade, os valores da tabela 5 nos sugerem que a composição etária da população de cor branca, com uma pirâmide de maior peso relativo para os adultos com mais de 25 anos, assemelha-se a sociedades usualmente percebidas como de elevado desenvolvimento econômico. A população de cor parda, ao contrário, apresenta uma pirâmide etária com um perfil

próximo de sociedades menos desenvolvidas. A população de cor preta, apesar de relativamente pequena, surpreende ao dispor de um perfil de sociedades desenvolvidas, em intensidade ainda maior que a população branca.

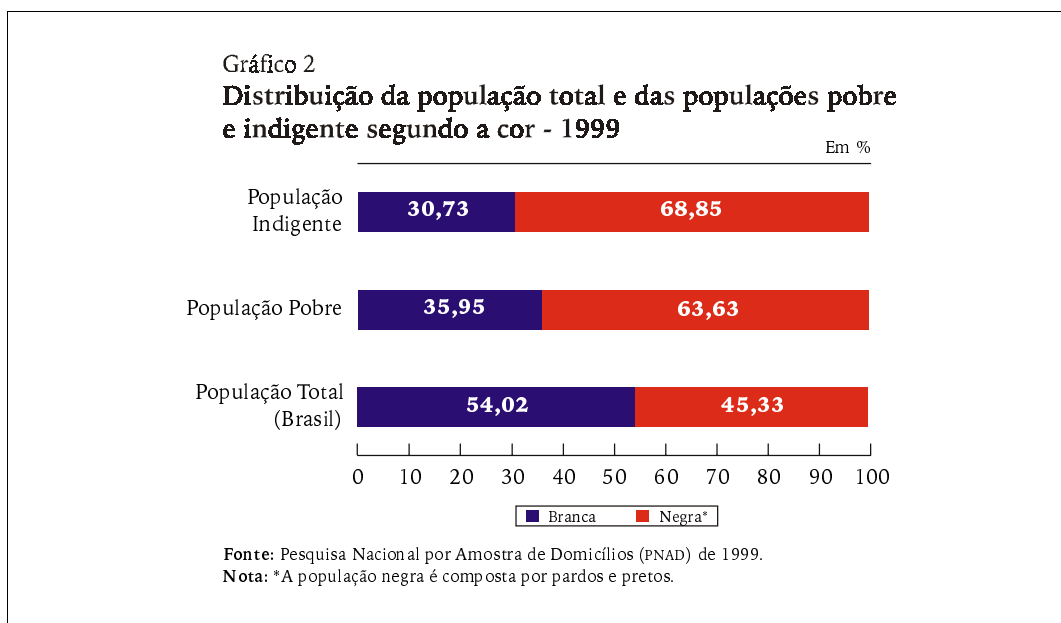
Uma década é um período curto para apresentar qualquer recomposição da população por gênero e, portanto, a distribuição por gênero é extremamente estável ao longo desse período. Assim, em 1999, 48% dos brancos são homens e 52% são mulheres. Entre os negros, homens e mulheres representam idênticos 50% da população. No que se refere à população masculina, temos que 53% são brancos e 46,4 são negros; entre as mulheres, 55% são brancas e 44,3% são negras.

3 - COMPOSIÇÃO DA POBREZA: PARÂMETROS DA EXCLUSÃO RACIAL

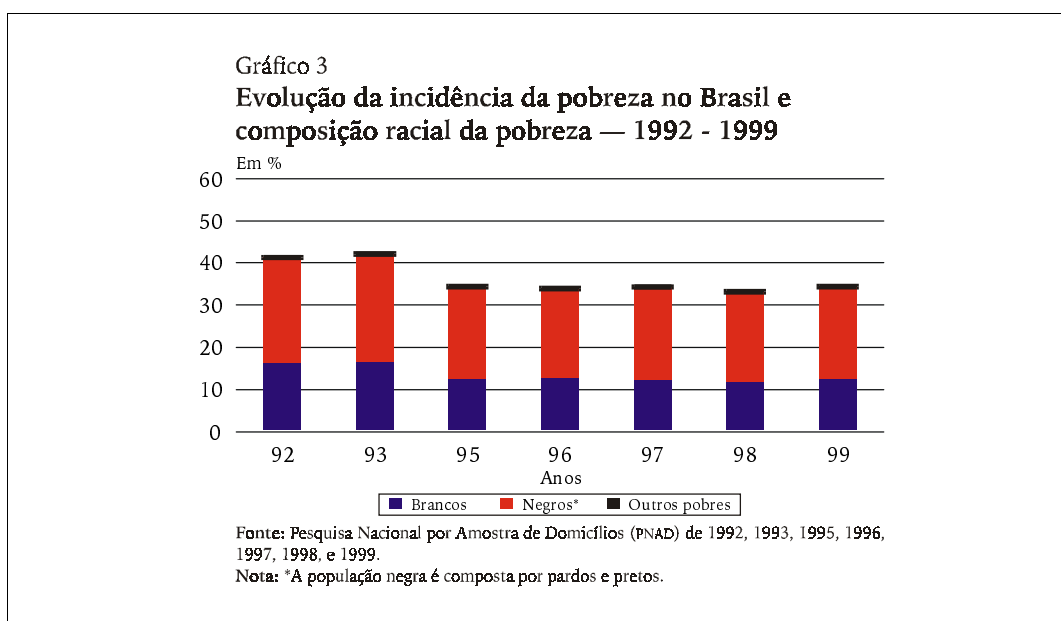
Em 1999, de acordo com as informações da PNAD, cerca de 34% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de pobreza, e 14% em famílias com renda inferior à linha de indigência.¹² Conforme registrado em Barros, Henriques e Mendonça (2000a), sabemos que no último quarto de século o grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos 80, quando a porcentagem de pobres em 1983 e 1984 ultrapassou a barreira dos 50%. As maiores quedas resultaram dos impactos dos Planos Cruzado e Real, fazendo a porcentagem de pobres cair abaixo dos 30% e 35%, respectivamente. No entanto, a queda de 1986 não gerou resultados sustentados, com o valor da pobreza retornando no ano seguinte ao patamar vigente antes do Plano Cruzado. Entre 1995 e 1999 a porcentagem de pobres permaneceu em torno de 34%, indicando a manutenção do impacto posterior ao Plano Real.

Mas, e a composição racial da pobreza? Será que a composição racial da população pobre respeita os mesmos pesos da população total? Será que nosso contingente de 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes está “democraticamente” distribuído, preservando na distribuição da pobreza um perfil socioeconômico sem viés racial? Verificamos, no gráfico 2, que a resposta a essas questões é negativa. Os negros em 1999 representam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total, mas somente 36% dos pobres e 31% dos indigentes. Ocorre que, dos 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões pardos e 3,6 milhões, pretos. Entre os 22 milhões de indigentes temos 6,8 milhões brancos, 13,6 milhões pardos e 1,5 milhão, pretos.

¹² A linha de indigência refere-se aos custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que atenda às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, enquanto a linha de pobreza inclui, além dos gastos com alimentação, um mínimo de gastos individuais com vestuário, habitação e transportes.



Assim, além do inaceitável padrão da pobreza no país, constatamos a enorme sobre-representação da pobreza entre os negros brasileiros. E esse excesso de pobreza concentrado entre a comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo, em particular na última década. O gráfico 3 nos mostra, por um lado, como ao longo dos anos 90 a sociedade conviveu com dois padrões de distintas magnitudes da pobreza. No início da década a pobreza encontra-se no patamar de 40% e, após 1995, observa-se uma queda para o patamar de 34% que permanece até o final da série histórica analisada. Paralelamente, o gráfico também mostra como, de forma estável ao longo de toda a década, a participação dos negros na pobreza é sempre maior do que a dos brancos. Portanto, independente dos patamares de pobreza observados na década, os negros correspondem a cerca de 63% da população pobre em todo o período.



Na tabela 6 analisamos os universos das populações totais de cada raça e identificamos a incidência da pobreza e da indigência em cada grupo racial. Ao considerarmos somente a população branca concluímos que, em 1999, 22,6% dos brancos são pobres e 8,1% são indigentes. Ao mesmo tempo, entre os pardos temos 48,4% de pobres e 22,3% de indigentes. Na população de cor preta esses valores são, respectivamente, 42,9% e 18,3%. A constatação incontornável que se apresenta é que nascer de cor parda ou de cor preta aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre.¹³

Tabela 6

Incidência da Pobreza e Indigência: Brasil e Populações por Cor — 1999

Indicadores	Pobres			Indigentes		
	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)	Percentual de indigentes	Hiato médio da renda	Número de indigentes (em milhares)
<i>Brasil</i>	34,0	15,2	54.450	14,3	5,9	22.997
Cor						
Amarela	11,0	5,7	76	5,3	2,5	37
Branca	22,6	9,3	19.008	8,1	3,4	6.862
Indígena	56,0	25,8	140	22,3	9,2	56
Parda	48,4	22,7	30.041	22,3	9,2	13.841
Preta	42,9	19,2	3.597	18,3	7,3	1.533

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

A distribuição da pobreza entre as regiões do país explicita a precária inserção socioeconômica do Nordeste no cenário nacional. O Nordeste concentra 50,6% da população pobre do país, isto é, 26,8 milhões de brasileiros são pobres vivendo na região Nordeste. Ao considerarmos, em simultâneo, os recortes de raça e região, constatamos na tabela 7 que 35% dos pobres do país, 18,6 milhões de brasileiros, são de cor parda residindo no Nordeste. Temos ainda que cerca de 12% dos pobres são brancos na região Nordeste. O Sudeste, por sua vez, apesar de representar 43,7% da população, concentra 20,2% dos pobres do país, sendo 9,1% pardos e 8,8% brancos. O restante da população pobre distribui-se de forma equilibrada entre as demais regiões: 12% no Sul, 9,5% no Norte e 7,7% no Centro-Oeste.

Tabela 7

Distribuição da População Pobre do Brasil por Cor e Região — 1999

(Em %)

Cor	Regiões				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Branca	2,6	11,9	2,1	8,8	8,7
Parda	4,6	35,4	7,1	9,1	2,5
Preta	0,4	3,2	0,2	2,3	0,7

Fonte: Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

Nota: A desagregação dos dados nesta tabela não assegura representatividade estatística para as populações de origem indígena e asiática.

¹³ A mesma afirmativa vale para a população indígena.

Analisar a distribuição regional da pobreza a partir do universo das populações pobres de cada raça nos mostra, na tabela 8, que 60,6% dos indivíduos pardos pobres estão no Nordeste e 20,1%, no Sudeste. Entre os pobres de cor preta, 46,4% estão no Nordeste e 39,4% no Sudeste. Já os pobres brancos apresentam uma distribuição regional mais homogênea: 33,9% no Sudeste, 33,2% no Nordeste, e 23,6% no Sul.

Tabela 8

Distribuição da População Pobre por Cor segundo a Região — 1999

(Em %)

Cor	Regiões				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Branca	5,0	33,2	4,2	34,0	23,7
Parda	5,5	60,6	9,1	20,2	4,6
Preta	3,8	46,4	2,2	39,4	8,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

Nota: A desagregação dos dados nesta tabela não assegura representatividade estatística para as populações de origem indígena e asiática.

O enfoque regional nos permite verificar ainda a intensidade da exclusão que afeta cada população geograficamente circunscrita. Assim, na tabela 9, de forma consistente com a forte concentração da pobreza no Nordeste, vemos que 63% dos pardos ali residentes são pobres. Também são pobres 66% dos pretos e 47% dos brancos dessa região. A pobreza extrema aflige 35% dos pretos, 33% dos pardos e 22% dos brancos que vivem no Nordeste. Na região Norte, 50% dos pardos, 44% dos pretos e 35% dos brancos são pobres. Devido à riqueza relativa do Sudeste frente às outras regiões, somente 15% dos brancos residentes no Sudeste são considerados pobres. Entre os pardos residentes no Sudeste, 31% são pobres, e entre os pretos esse valor é também 31%. Na região Sul, apesar da riqueza relativa, observamos que as pequenas populações parda e preta são significativamente discriminadas, com 46% dos pardos e 41% dos pretos sulistas pobres. E ainda, segundo o critério de pobreza extrema, 16% dos pardos e 18% dos pretos residentes na região Sul são indigentes.

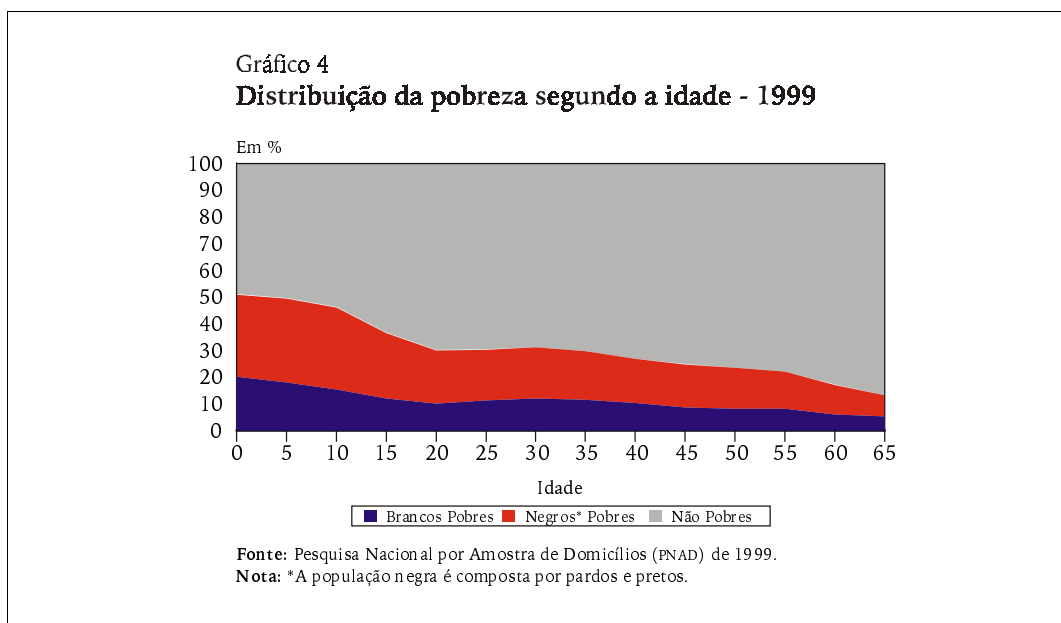
Ao analisarmos a incidência da pobreza por faixa etária da população, vemos que a pobreza se concentra de forma desproporcional entre as crianças. Temos que 43% da pobreza se concentra em crianças entre 0 e 14 anos, sendo que o peso dessa faixa etária na população total é 29%. Há, portanto, nítida sobre-representação da pobreza entre as crianças até 14 anos. No gráfico 4 detectamos, em 1999, uma forte concentração da pobreza entre os segmentos mais jovens da população – oscilando entre 40% e 50% até os 12 anos de idade e entre 40% e 30% para a faixa de 12 a 20 anos –, uma relativa estabilidade entre 30% e 25% para os adultos de 25 a 55 anos, e uma queda contínua na incidência da pobreza a partir dos 55 anos de idade.

Tabela 9

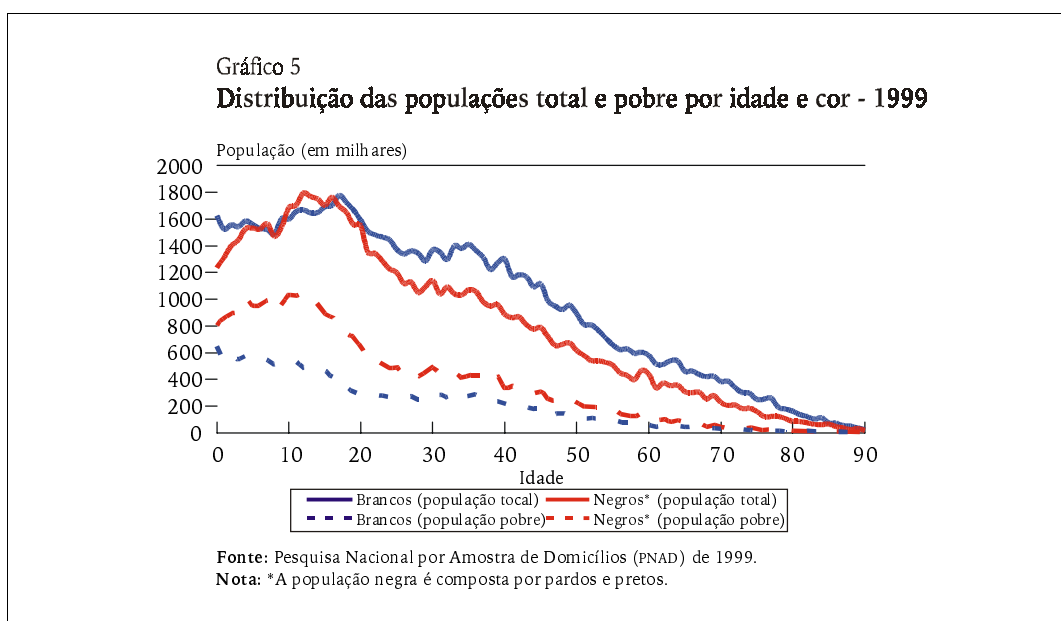
Incidência de Pobreza e Indigência: Populações por Cor e Região — 1999

Indicadores	Regiões														
	Centro-Oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul		
	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)
Pobreza															
Amarela	15,1	5,6	6	42,8	22,7	16	18,9	9,4	3	6,1	2,9	30	19,5	11,8	22
Branca	18,7	7,1	952	47,2	22,1	6.319	35,2	14,5	788	14,9	5,5	6.453	22,3	9,0	4.494
Indígena	73,0	37,9	32	55,5	17,8	20	54,6	26,4	37	28,9	10,4	14	68,9	34,6	36
Parda	29,9	11,7	1.637	63,2	31,6	18.214	50,1	22,9	2.736	31,5	12,8	6.063	45,8	20,6	1.391
Preta	34,5	16,5	135	66,3	33,0	1.668	44,3	16,6	80	31,0	12,1	1.416	40,9	17,9	297
Indigência															
Amarela	3,8	2,0	2	23,0	10,5	9	12,7	3,9	2	2,5	1,1	12	11,1	5,8	12
Branca	5,4	2,3	277	21,9	8,8	2.930	12,6	4,9	281	4,2	1,9	1.811	7,8	3,2	1.561
Indígena	39,6	15,4	18	9,9	3,6	4	26,4	10,7	18	5,4	2,7	3	27,0	12,2	14
Parda	9,5	3,8	522	32,7	13,4	9.440	21,8	9,0	1.193	11,0	4,5	2.122	18,5	8,5	564
Preta	15,5	8,9	61	34,5	13,5	870	12,9	3,7	23	10,2	3,9	467	15,5	7,2	112

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1999.



Analisando-se no gráfico 5 a distribuição das populações total e pobre do país, a partir da idade e da cor dos indivíduos, observamos com mais nitidez a sobre-representação da pobreza entre as crianças e os jovens negros. A distância entre as curvas das populações total e pobre de cada raça nos concede uma medida da intensidade da pobreza. Isto é, quanto maior a proximidade entre as curvas, maior a incidência da pobreza na respectiva raça. Desse modo, constatamos que a pobreza concentra-se fortemente na infância e juventude mas, de forma ainda mais categórica, entre os negros dessas faixas de idade.



A incidência da pobreza em um recorte que contemple simultaneamente raça, gênero e faixa de idade dos indivíduos nos permite evidenciar uma nítida hierarquia de discriminação no interior da pobreza. Podemos organizar a incidência da pobreza a partir de um conjunto de 36 grupos que correspondem às populações masculina e feminina de cor branca, parda e preta, consideradas seis faixas de idade. Na tabela 10 apresentamos os 36 grupos identificando o percentual de pobres [indigentes] em cada grupo e a posição relativa de cada grupo. A ordenação é decrescente, indicada na numeração entre parênteses em cada linha da tabela, com o primeiro grupo correspondente ao de maior percentual de pobres [indigentes]. Os efeitos idade e raça se combinam de forma a que os oito piores grupos de nossa estratificação correspondem ao conjunto de homens e mulheres pretos ou pardos entre 0 e 14 anos de idade. Em todos esses grupos, a incidência da pobreza é superior a 60%. No outro extremo, temos um total de 12 grupos, onde a pobreza incide entre 8,5% e 25%, sendo que os sete primeiros grupos — os relativamente menos afetados entre os pobres — são todos brancos adultos. A incidência da pobreza extrema, como verificamos na tabela 10, respeita a mesma hierarquia entre os grupos.

Podemos concluir esta seção relacionando a incidência da pobreza com a composição racial da população, de forma a evidenciar que ao longo de toda a pirâmide etária do país existe uma sobre-representação da comunidade negra no interior das populações pobre e indigente. No gráfico 6 apresentamos a população branca à esquerda do eixo das ordenadas e a população negra à direita do mesmo eixo. Dividimos o gráfico em seis partes, cada uma correspondendo às faixas de idade da população. No interior de cada parte vemos um conjunto de três barras, que ilustra a diferença entre a proporção de brancos e de negros no interior, respectivamente, das populações total, pobre e indigente.

Nosso parâmetro é o conjunto das barras referentes à população total, na medida em que deveríamos supor que uma distribuição homogênea - sem viés racial - da população pobre [indigente] correspondesse à situação em que o peso de cada raça na composição da pobreza [indigência] fosse semelhante ao da população total. Assim, se no gráfico 6 a barra da população pobre (indigente), que define a diferença na participação de brancos e negros na pobreza (indigência), for distinta em relação ao sentido e/ou ao tamanho da barra da população total, constatamos uma sobre-representação da raça em relação ao que seria esperado de uma distribuição sem viés racial.

Por exemplo, observamos na faixa referente aos idosos (60 anos ou mais) que a barra da população total apresenta um valor de 22% na área dos brancos. Isso significa que os brancos são mais numerosos que os negros nessa faixa de idade, e que a diferença entre seus pesos na distribuição da população total é de 20 pontos percentuais; especificamente, cerca de 60% dos idosos são brancos e cerca de 38% são negros. No entanto, a barra referente à distribuição da população pobre apresenta um valor em torno de 23% na área correspondente aos negros. Isso representa uma significativa sobre-representação dos negros na pobreza dos idosos, uma vez que seria esperado, caso a distribuição da pobreza não

Tabela 10

Incidência da Pobreza e Indigência segundo Cor, Faixa Etária e Gênero — 1999

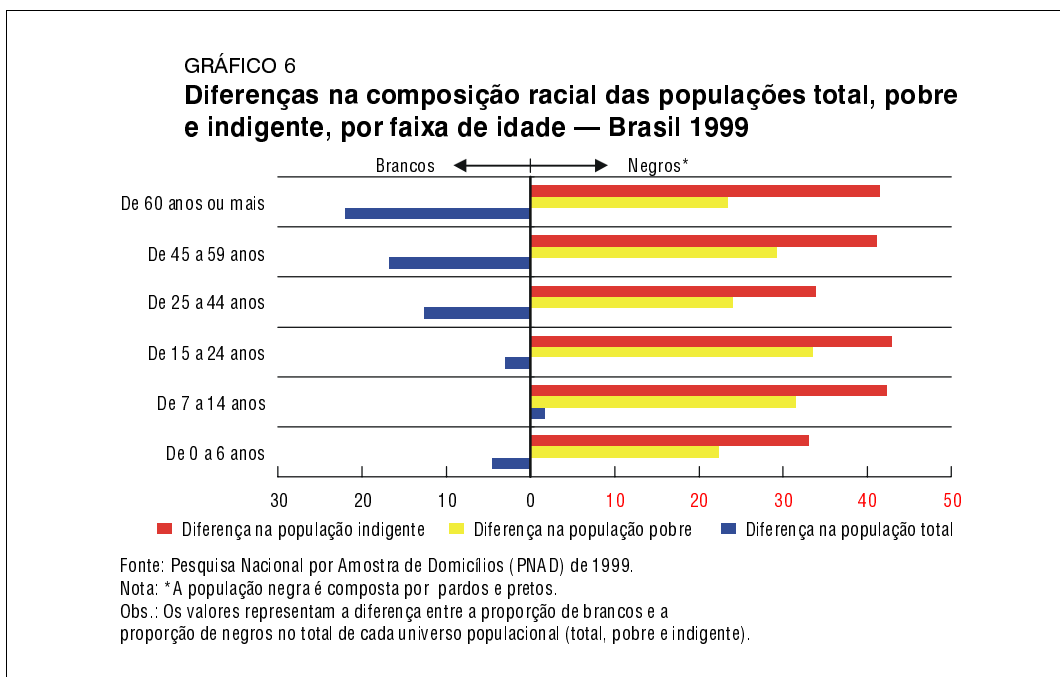
(%)

Faixa Etária	Proporção de Pobres			Proporção de Indigentes		
	Branca	Parda	Preta	Branca	Parda	Preta
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
<i>Homem</i>						
00 a 06	36,8 (20)	66,1 (2)	62,5 (4)	14,7 (20)	35,5 (1)*	30,9 (5)
07 a 14	32,2 (24)	61,8 (5)	60,6 (7)	12,5 (24)	31,4 (4)	29,7 (7)
15 a 24	21,0 (31)	45,5 (11)	41,7 (13)	6,8 (27)	18,6 (11)	16,7 (17)
25 a 40	19,4 (32)	41,5 (14)	35,9 (19)	6,8 (28)	18,2 (12)	13,5 (21)
41 a 59	16,1 (33)	39,1 (16)	33,8 (22)	5,6 (31)	17,1 (15)	14,7 (19)
60 ou mais	9,9 (35)	24,6 (25)	23,2 (26)	1,7 (35)	6,0 (30)	6,3 (29)
<i>Mulher</i>						
00 a 06	38,4 (17)	64,7 (3)	66,1 (1)*	17,0 (16)	34,5 (2)	34,1 (3)
07 a 14	33,5 (23)	61,0 (6)	60,2 (8)	13,2 (23)	30,7 (6)	29,4 (8)
15 a 24	22,2 (27)	48,3 (9)	46,9 (10)	7,5 (26)	20,5 (9)	18,0 (13)
25 a 40	21,4 (30)	44,7 (12)	41,3 (15)	7,6 (25)	20,1 (10)	17,5 (14)
41 a 59	14,5 (34)	38,3 (18)	33,9 (21)	4,5 (34)	15,6 (18)	13,2 (22)
60 ou mais	8,4 (36)	21,9 (28)	21,5 (29)	1,2 (36)	4,7 (32)	4,2 (33)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

Nota: *Entre parênteses encontra-se a posição relativa do grupo, respeitada uma ordenação decrescente de pobreza [indigência].

dispusesse de qualquer viés racial, que existissem mais brancos pobres do que negros pobres na igual medida da barra correspondente à população total. O gráfico 6 nos permite, portanto, ver a intensidade relativa da sobre-representação da pobreza e da indigência entre a comunidade negra em todas as faixas de idade.

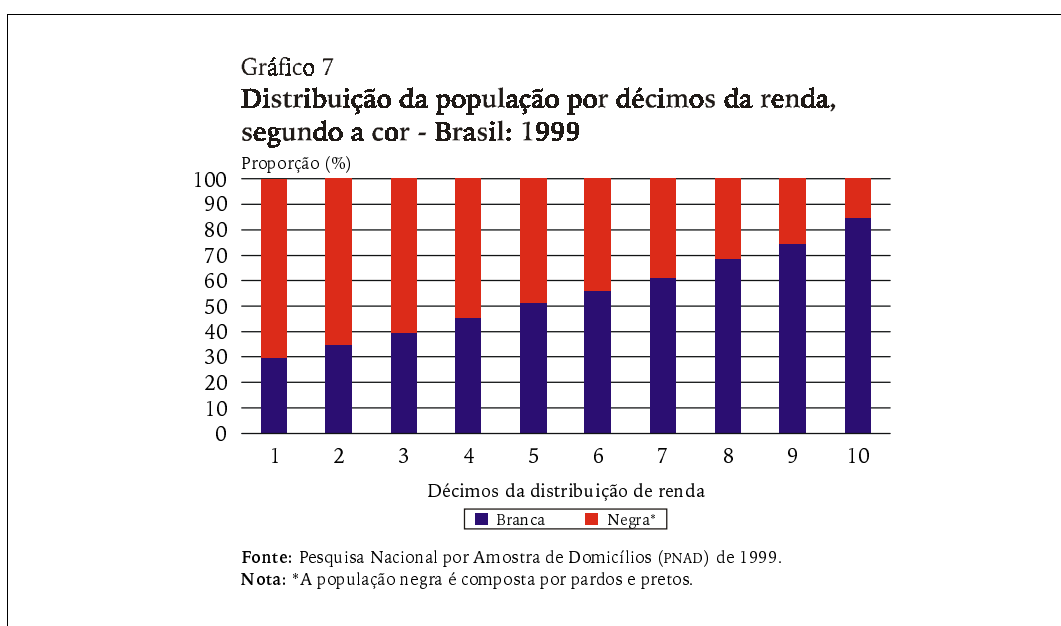


4 - DESIGUALDADE DE RENDA: O EMBRANQUECIMENTO DA RIQUEZA NACIONAL

Em estudos anteriores¹⁴ foi possível demonstrar que os principais determinantes da pobreza observada no Brasil estão associados, sobretudo, à desigualdade na distribuição de recursos, e não propriamente à escassez de recursos. Isso significa que o Brasil, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, sem dúvida alguma, deve ser considerado um país extremamente injusto.

Como constatamos na seção anterior, nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre. A população negra concentra-se no segmento de menor renda *per capita* da distribuição de renda do país. No gráfico 7 observamos que a comunidade negra encontra-se proporcionalmente mais representada nos décimos inferiores da distribuição de renda, com sua participação reduzindo-se de forma contínua ao longo da distribuição. Especificamente, os negros representam 70% dos 10% mais pobres da população, enquanto, entre o décimo mais rico da renda nacional, somente 15% da população é negra. O gráfico nos ilustra essa realidade, demonstrando como a estrutura da distribuição de renda brasileira traduz um nítido “embranquecimento” da riqueza e do bem-estar do país.

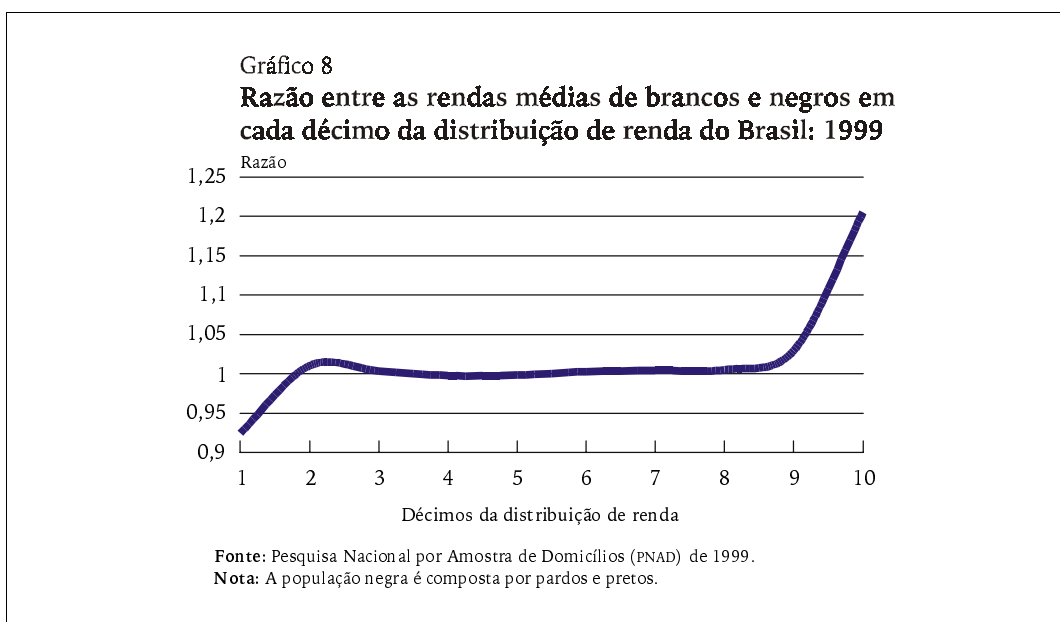
¹⁴ Ver, em particular, Barros, Henriques e Mendonça (2000a, b).



Em um recorte ainda mais detalhado, considerados os centésimos da distribuição de renda brasileira, observamos que, de cada dez pessoas no segmento mais pobre da distribuição de renda, oito são negros. Conforme avançamos ao longo da distribuição verificamos uma mudança contínua na composição racial que se acelera nos segmentos de maior nível de renda. Evidenciamos, pois, que de cada dez pessoas participantes do último centésimo da distribuição de renda nacional, somente uma é negra.

A análise dos centésimos da distribuição de renda nos permite constatar uma heterogeneidade nos extremos da distribuição com significativas diferenças no bem-estar das populações branca e negra. De forma categórica observamos que, entre os mais ricos, os brancos são mais ricos que os negros. No gráfico 8, temos a comparação entre as rendas médias de brancos e negros em cada décimo da distribuição nacional e podemos observar, como esperado, que entre o segundo e oitavo décimos da distribuição a razão mantém-se no valor de 1. A partir do nono décimo da distribuição constatamos uma pequena diferença favorável aos brancos. No último décimo, contudo, a diferença torna-se significativa, com a renda *per capita* média dos brancos situada em cerca de 20% maior que a renda *per capita* média dos negros. Essa relevante diferença nas rendas médias de brancos e negros no último décimo da distribuição deriva do ordenamento entre brancos e negros nesse segmento da distribuição, com os brancos encontrando-se sempre e em maior quantidade em relação aos negros. Ao examinarmos os pesos dos brancos e dos negros no décimo mais rico da distribuição, na medida em que os brancos representam 85% das pessoas nesse décimo, obtemos a distribuição interna a esse décimo, e aqui identificamos que os brancos concentram-se no extremo superior e os negros, no extremo inferior. Assim, o fato de os brancos comporem a parcela mais alta da distribuição interna dos 10% mais ricos da sociedade justifica que a

renda média dos brancos encontra-se 20% mais elevada do que a renda média dos negros nesse décimo da distribuição.

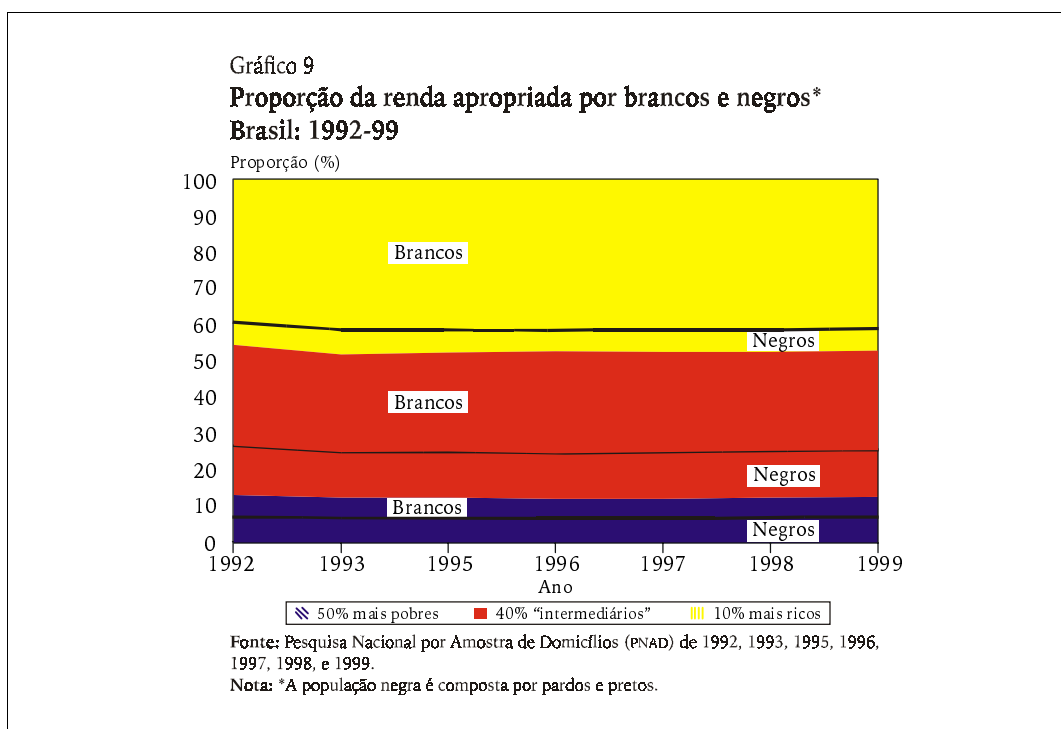


De forma a reforçar essa percepção da diferença entre brancos e negros no interior do segmento mais rico da sociedade brasileira, devemos comparar a parcela de renda apropriada pelos dois grupos raciais no décimo mais rico da distribuição de renda do país. Os brancos representam 85% da população do décimo mais rico de nossa sociedade e apropriam-se de 87% da renda desse décimo. Colocado ainda de outra forma, esse contingente da população branca se apropria de 41% da renda total do Brasil. Os negros que se encontram nesse extremo mais alto da renda brasileira, por sua vez, representam 15% da população do último décimo da distribuição e se apropriam de 13% da renda desse mesmo décimo, ou seja, 6% da renda total do país.

No extremo mais pobre da distribuição observamos que a metade mais pobre da população se apropria de cerca de 12,5% da renda do país. Em 1999, entre os 50% mais pobres do país encontram-se 40% de brancos, que se apropriam de 5,5% da renda do país. Os negros, por sua vez, representam 59,6% desse conjunto mais pobre da população, e se apropriam de 7% da renda do país.

A análise da composição dos extremos da distribuição nos revela não só a inaceitável intensidade da desigualdade de renda brasileira mas, também, sua perversa composição racial. Além do mais, essa estrutura mantém-se inalterada nos anos 90. Ao longo de toda a década os negros se apropriam de mais 50% da renda atribuída à metade mais pobre da população e de menos de 15% da renda apoderada pelos 10% mais ricos da sociedade. Como observamos no gráfico 9, a desigualdade na distribuição de renda e, em particular, a desigualdade racial no interior dos segmentos de renda é absolutamente estável ao longo de todo o

período. Portanto, o padrão de exclusão econômica e racial expresso na estrutura da distribuição de renda do país não é afetado por qualquer variável conjuntural ou estrutural presente na economia brasileira na década de 90.

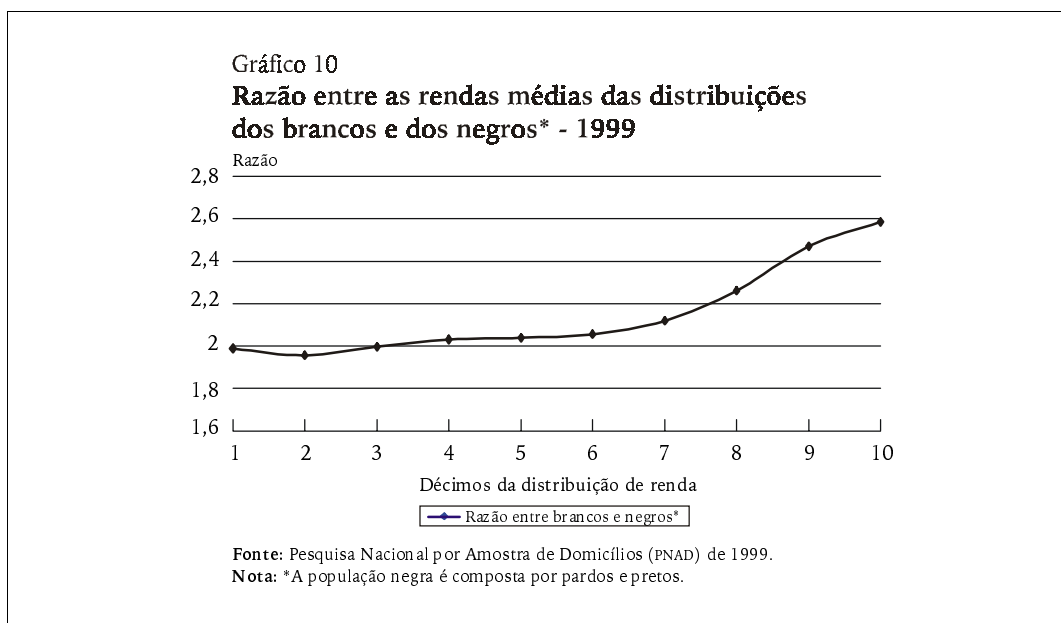


O reconhecimento de que a maioria dos negros pertence aos segmentos de menor renda *per capita* e que os negros ricos são menos ricos que os brancos ricos nos permite derivar uma clivagem socioeconômica que pode traduzir-se em dois mundos: um “Brasil branco” mais rico e mais desigual e um “Brasil negro” mais pobre e mais equânime.¹⁵ Podemos, portanto, construir dois mundos hipotéticos – o Brasil da população branca e o Brasil da população negra –, procurando analisar suas diferenças.¹⁶

O “Brasil branco” é cerca de 2,5 vezes mais rico que o “Brasil negro”. Ao longo de toda a distribuição, sem exceção, a renda média dos brancos é maior que a renda média dos negros presentes no mesmo quantil de suas respectivas distribuições. Isto é, a renda média dos 10% mais pobres entre os brancos é superior à renda média dos 10% mais pobres entre os negros, e esta diferença em favor dos brancos se repete até alcançarmos os indivíduos mais ricos das duas populações. A razão entre as rendas médias, como podemos constatar no gráfico 10, é de aproximadamente duas vezes em favor dos brancos no intervalo entre o primeiro e o sexto décimo da distribuição de renda. E o valor dessa razão cresce de forma contínua a partir do sétimo decil da distribuição, até alcançar o valor de 2,6 vezes no último decil.

¹⁵ Observe-se que essa relação não é universal quando analisamos experiências históricas de discriminação e desigualdade social. Por exemplo, nos EUA o “país branco” é menos desigual que o “país negro”.

¹⁶ Estaremos considerando no Brasil negro/branco, o universo da população negra/branca e, portanto, a estrutura de distribuição de renda dessa população.



Na tabela 11 podemos confirmar que os brancos são mais desiguais que os negros. Em 1999, o coeficiente de Gini do Brasil é 0,59, enquanto o da população branca é 0,58 e o da população negra, 0,54.¹⁷ A partir do índice de Theil percebemos com mais nitidez as diferenças entre as desigualdades de cada raça, na medida em que o valor desse índice é 0,72 para o Brasil, 0,65 para a população branca e 0,57 para a população negra. Ao longo da década, ambos os indicadores de desigualdade são estáveis.

Se considerarmos a relação entre as rendas apropriadas pelos 10% mais ricos e as apropriadas pelos 40% mais pobres obtemos uma medida econômica de (in)justiça social. Sabemos que, segundo esse critério, e sem recorrer a nenhuma referência normativa que definisse uma meta ideal a ser alcançada, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Senão, vejamos: enquanto, no início dos anos 90, a razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres era de cerca de 5 vezes nos Estados Unidos e 10 vezes na Argentina, obtínhamos no Brasil o valor de cerca de 27 vezes.¹⁸

Em 1999, como vemos na tabela 11, a razão entre as rendas apropriadas pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres é de 23 vezes para o Brasil como um todo. Ao considerarmos o “Brasil branco” obtemos um valor próximo ao do “Brasil real”: os brasileiros brancos ricos (10% mais ricos) são 21 vezes mais ricos que os brasileiros brancos pobres (40% mais pobres). Para o conjunto da

¹⁷ O coeficiente de Gini é um indicador sintético da curva de Lorenz e observamos que o valor do coeficiente de Gini do Brasil - universo composto por brancos e negros - é maior que os respectivos índices de cada universo racial, compostos somente por brancos ou somente por negros. Isso ocorre porque a curva de Lorenz do Brasil não corresponde simplesmente à média entre a curva de Lorenz para o universo de brancos e a curva de Lorenz para o universo de negros.

¹⁸ Para uma análise detalhada da desigualdade de renda no Brasil, ver Barros, Henriques e Mendonça (2000a).

população negra essa relação apresenta o valor de 16 vezes, indicando que a estrutura interna da distribuição de renda dos negros é mais justa que a dos brancos.

Na década de 90 observamos que em 1992 o Brasil era um pouco menos desigual do que em 1999, com, por exemplo, a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres em cerca de 22 vezes para o conjunto do país. Os brancos, contudo, eram mais desiguais que os negros, com o referido indicador em torno de 16 vezes para estes e 19 para aqueles. Os indicadores de desigualdade de renda, portanto, são altos e estáveis ao longo do período analisado e, em particular, o universo da população branca apresenta-se de forma recorrente como mais desigual que o universo da população negra.

Tabela 11
Medidas de Desigualdade

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Coefficiente de Gini							
Brasil	0,583	0,605	0,601	0,602	0,602	0,601	0,595
Brancos	0,567	0,587	0,583	0,584	0,582	0,584	0,578
Negros	0,530	0,551	0,543	0,546	0,547	0,541	0,535
Índice de Theil							
Brasil	0,696	0,771	0,736	0,733	0,738	0,736	0,716
Brancos	0,650	0,714	0,676	0,672	0,673	0,678	0,655
Negros	0,548	0,623	0,593	0,587	0,595	0,582	0,573
Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres							
Brasil	21,8	24,5	24,1	24,6	24,5	24,1	23,2
Brancos	19,4	21,6	21,3	21,6	21,3	21,5	20,7
Negros	15,8	17,7	16,8	17,3	17,3	16,6	16,0
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres							
Brasil	26,8	28,9	28,1	29,9	29,2	28,2	26,9
Brancos	23,4	24,6	24,8	26,1	25,3	24,9	24,1
Negros	20,1	21,4	19,7	21,0	20,7	19,5	18,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: A população negra é composta por pardos e pretos.

A magnitude e a estabilidade desse excesso de desigualdade no interior do “Brasil branco” indicam que uma parcela importante da desigualdade total do Brasil deriva da altíssima concentração de renda no segmento mais rico da distribuição que, como vimos, é em sua grande parte composta por brancos. Assim, torna-se relevante analisar a contribuição da renda média e da desigualdade no interior da classe mais alta (*overclass*) da sociedade brasileira. Podemos, portanto, construir uma simulação que procure observar o que aconteceria com a desigualdade do Brasil, e também a desigualdade entre os brancos e entre os negros, caso excluíssemos os segmentos mais ricos da população.

Na tabela 12 adiante podemos observar os resultados de distintas simulações. Em primeiro lugar, ao excluirmos somente o 1% mais rico da distribuição de renda, detectamos uma significativa queda na desigualdade do Brasil. Além disso, ao retirarmos o 1% mais rico da distribuição dos brancos e o 1% mais rico da distribuição dos negros, constatamos que os brancos continuam mais desiguais que os negros, mas a intensidade dessa diferença entre brancos e negros se reduz de forma importante. Por exemplo, o coeficiente de Gini dos brancos passa a ser de 52,3, e o dos negros, 51,7, apresentando reduções de 5,7 e de 2,3 pontos, respectivamente. A razão dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres torna-se 15 entre os brancos e 14 entre os negros, apresentando reduções de 6 e 2 pontos, respectivamente.

Se continuarmos nosso exercício e retirarmos os 5% mais ricos da distribuição de renda, observamos não só uma nova queda na desigualdade, mas também uma mudança na posição relativa entre brancos e negros. Nesse cenário hipotético onde a renda seria distribuída entre 95% do total das populações originais de brancos e de negros, obtemos uma simulação em que os negros passam a ser mais desiguais que os brancos. O coeficiente de Gini dos brancos passa a ser 44,6 e o dos negros, 48. A razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres torna-se 9,5 entre os brancos e 11,8 entre os negros. Essa simulação torna evidente que a enorme intensidade da desigualdade de renda brasileira está associada à fortíssima concentração de renda nos segmentos mais altos da distribuição.

Resgatando-se, simultaneamente, os indicadores de pobreza e de desigualdade, podemos concluir esta seção com um exercício contrafactual que simule o que aconteceria com os indicadores de renda da comunidade negra caso ela dispusesse de alguns parâmetros da comunidade branca. Como vimos, a pobreza incide em 47,8% sobre a população negra em 22,5% sobre a população branca. Os brancos são mais desiguais entre si e possuem menos pobres; os negros são menos desiguais e com mais pobres. A importante diferença na incidência da pobreza entre as duas raças está associada, em grande medida, à maior renda da comunidade branca, cuja renda média mensal é R\$ 400 e a dos negros é R\$ 170. O gráfico 11(a) ilustra o resultado do exercício que procura simular qual seria a incidência da pobreza sobre a população negra em dois casos extremos. Por um lado, na hipótese de que a desigualdade de renda dos negros fosse idêntica a desigualdade dos brancos: teríamos um aumento na proporção de pobres de 47% para 54%. Por outro lado, na hipótese oposta, de que a renda média dos negros passasse a ser idêntica à renda média dos brancos, teríamos uma queda na proporção de pobres de 47% para 17%.

Os gráficos 11(b) e 11(c) respeitam a mesma metodologia de construção do gráfico 11(a). São realizadas as mesmas simulações, tendo como referência, agora, os cenários hipotéticos apresentados anteriormente, onde consideramos, respectivamente, a distribuição de renda excluindo o 1% mais rico e a distribuição de renda excluindo os 5% mais ricos. As simulações aplicadas aos dois cenários indicam uma importante variação frente ao comportamento da simulação

Tabela 12

Distribuição de Renda - Brasil, Brancos e Negros (Simulações) — 1999

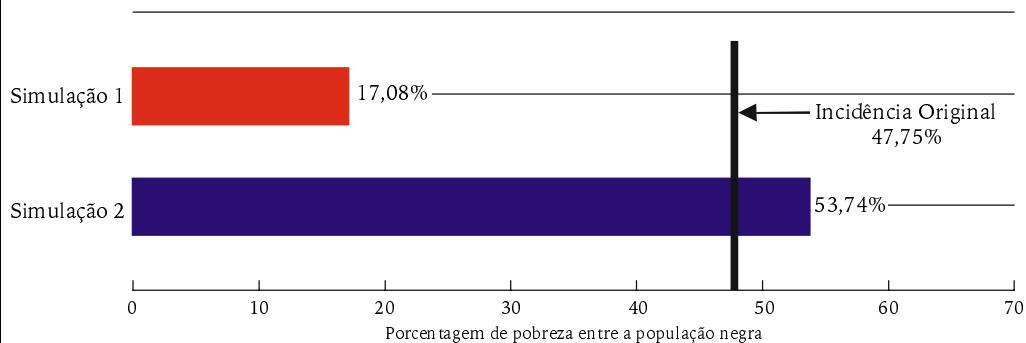
(Em %)

	Distribuição da renda								
	Original			Excluindo o 1% mais rico			Excluindo os 5% mais ricos		
	Brasil	Brancos	Negros *	Brasil	Brancos	Negros *	Brasil	Brancos	Negros *
Indicadores de desigualdade									
Coeficiente de Gini	0,60	0,58	0,53	0,55	0,52	0,52	0,48	0,45	0,48
Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres	23,2	20,8	16,0	17,9	15,1	14,5	11,9	9,5	11,8
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	26,9	24,3	18,6	22,1	19,0	17,3	15,9	13,0	14,8
Renda apropriada por décimos									
1	0,7	0,8	0,9	0,8	0,9	1,0	1,0	1,2	1,1
2	1,6	1,8	2,2	1,9	2,1	2,2	2,3	2,6	2,4
3	2,5	2,6	3,1	2,8	3,0	3,2	3,4	3,8	3,5
4	3,4	3,6	4,1	3,8	4,1	4,3	4,6	5,1	4,7
5	4,4	4,6	5,3	5,0	5,3	5,5	6,0	6,5	6,0
6	5,8	5,9	6,8	6,5	6,7	7,0	7,7	8,1	7,6
7	7,5	7,8	8,7	8,4	8,9	9,0	9,8	10,4	9,7
8	10,4	10,8	11,3	11,6	12,1	11,7	13,1	13,6	12,6
9	16,3	16,9	16,1	17,8	18,4	16,7	18,8	18,9	17,6
10	47,4	45,3	41,4	41,5	38,4	39,1	33,4	29,9	34,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.

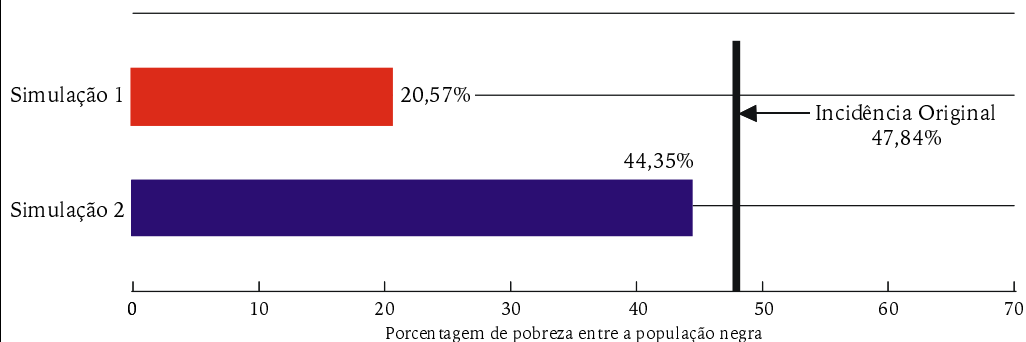
Nota: *A população negra é composta por pardos e pretos.

Gráfico 11a
Incidência da pobreza entre os negros variando a distribuição de renda e a renda média — Universo: Brasil



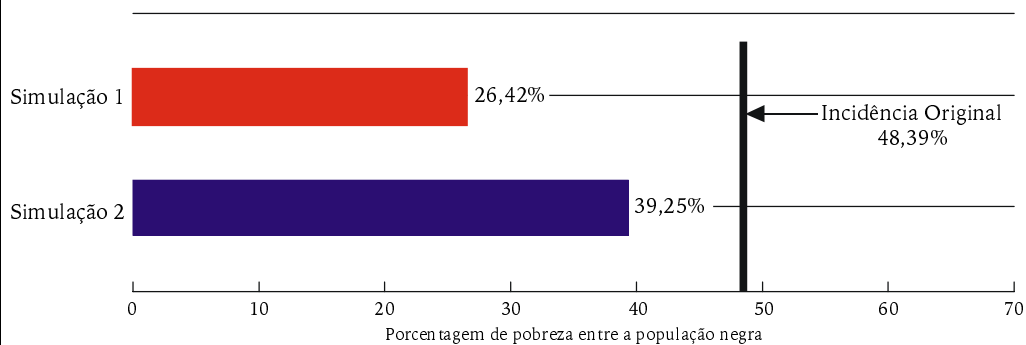
Simulação 1: Caso os negros tivessem a renda média dos brancos.
 Simulação 2: Caso os negros tivessem a distribuição de renda dos brancos.

Gráfico 11b
Incidência da pobreza entre os negros variando a distribuição de renda e a renda média — Universo: Brasil excluindo o 1% mais rico da distribuição



Simulação 1: Caso os negros tivessem a renda média dos brancos.
 Simulação 2: Caso os negros tivessem a distribuição de renda dos brancos.

Gráfico 11c
Incidência da pobreza entre os negros variando a distribuição de renda e a renda média — Universo: Brasil excluindo os 5% mais ricos da distribuição



Simulação 1: Caso os negros tivessem a renda média dos brancos.
 Simulação 2: Caso os negros tivessem a distribuição de renda dos brancos.

aplicada à realidade efetivamente observada, devido ao fato de as diferenças entre o “Brasil branco” e o “Brasil negro” derivarem, sobretudo, da heterogeneidade no interior do segmento mais rico da sociedade. No gráfico 11(b), observamos que na primeira simulação, quando atribuída a renda média dos brancos aos negros, a pobreza que incide sobre a população negra cai de 47,8% para 20,6%. Na segunda simulação, quando atribuída a desigualdade dos brancos à população negra, a pobreza entre os negros cai de 47,8% para 44,3%. No gráfico 11(c) observamos a mesma tendência, sendo que, na primeira simulação a pobreza, cai de 48,4% para 26,4%, e na segunda simulação a pobreza passa de 48,4% para 39,3%. Nas três simulações, temos que a incidência da pobreza entre os negros se reduz quando lhes imputamos atributos de renda dos brancos. No entanto, como vemos na comparação entre os gráficos, as diferenças simuladas na pobreza são significativamente distintas nos três cenários apresentados.

5 - EDUCAÇÃO: HERANÇA E HORIZONTES DA DISCRIMINAÇÃO EDUCACIONAL

A heterogeneidade na escolaridade da população adulta brasileira explica grande parte da desigualdade de renda no Brasil.¹⁹ A literatura sobre desigualdade racial no interior do mercado de trabalho também concede importância significativa ao papel da educação na explicação da desigualdade racial.²⁰ Portanto, os indicadores referentes aos níveis e à qualidade da escolaridade da população brasileira são estratégicos para a compreensão dos horizontes potenciais de redução das desigualdades social e racial e definição das bases para o desenvolvimento sustentado do país.

Como evoluiu a escolaridade média dos brancos e dos negros no Brasil? A escolaridade média da população adulta com mais de 25 anos no final do século XX é de cerca de 6 anos de estudo. Nada animador, uma vez que em média um jovem adulto brasileiro entra no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente àquela que julgaríamos adequada para um adolescente de 13 anos de idade. Lembremos falarmos aqui de um valor médio e, por conseguinte, termos um contingente enorme de adultos – certamente entre os mais pobres – que ingressam com níveis de escolaridade bastante inferiores a 6 anos.

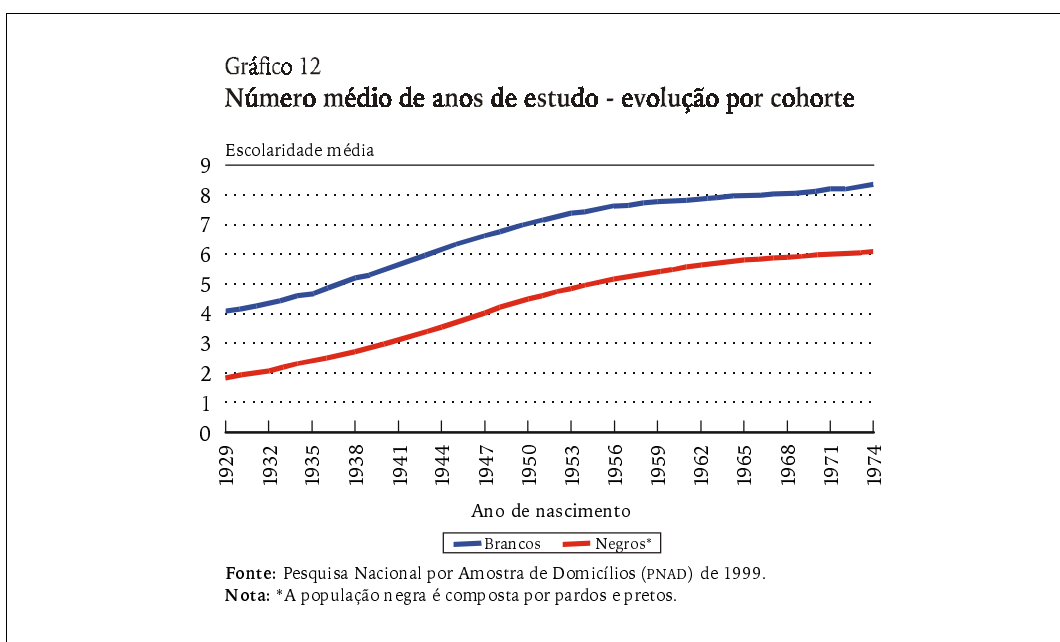
De fato, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos de estudo. A intensidade dessa discriminação racial, expressa em termos da escolaridade formal dos jovens adultos brasileiros, é extremamente alta, sobretudo se lembramos que trata-se de

¹⁹ Para as estimativas do peso da heterogeneidade educacional na explicação da desigualdade de renda no Brasil, ver Barros, Henriques e Mendonça (2000c). Ver também Ferreira (2000).

²⁰ Estimamos em outro módulo da pesquisa sobre “Desigualdade Racial no Brasil” que cerca de 55% do diferencial salarial entre brancos e negros está associado à desigualdade educacional, sendo uma parte derivada da discriminação gerada no interior do sistema educacional e outra parte da herança da discriminação educacional infligida às gerações dos pais dos estudantes.

2,2 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos.

Embora intensa, não é esse o componente mais incômodo na discriminação observada. Em termos do projeto de sociedade que o país está construindo, o mais inquietante é a evolução histórica e a tendência de longo prazo dessa discriminação. Sabemos que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens — a mesma observada entre seus avós. O gráfico 12 apresenta a escolaridade média dos adultos brancos e negros de acordo com o ano de nascimento, iniciando com os nascidos em 1929 e terminando com os de 1974. Como podemos depreender do gráfico, a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações. As curvas ali descritas parecem construídas com intencional paralelismo, descrevendo, com requinte, a inércia do padrão de discriminação racial observado em nossa sociedade.²¹



No período recente, podemos estimar a evolução entre 1992 e 1999 das condições de vida de brancos e negros expressas por intermédio de indicadores de desempenho da escolaridade de jovens e adultos. Apresentamos, na tabela 13, nove indicadores das condições de escolaridade dos jovens brancos e negros entre 7 e 25 anos de idade. Esses indicadores se prestam a retratar parte da realidade

²¹ Sobre uma leve tendência de convergência educacional associada aos níveis de menor escolaridade, ver Hasenbalg e Silva (2000).

escolar dos jovens brasileiros e servem como sensor indireto para a política educacional implementada nos últimos anos. A tabela 14 apresenta cinco indicadores de escolaridade dos adultos com mais de 25 anos e serve, sobretudo, para definir os parâmetros estruturais da escolaridade dos indivíduos e identificar a dimensão dos componentes de inércia na desigualdade das gerações adultas.²²

A tabela 13 apresenta, ao longo do período 1992 e 1999, uma melhoria contínua de todos os indicadores para os jovens negros e brancos. Para a média do Brasil, destaca-se, sobretudo, a melhoria no acesso à escola expressa na redução do número de jovens de 7 a 13 anos e, ainda, dos de 14 a 17, que não freqüentam a escola. Também é relevante a queda na quantidade de jovens de 8 a 14 anos que não completaram a primeira série do ensino fundamental. Esses indicadores traduzem parcialmente o êxito das políticas de acesso universal e progressão continuada desenvolvidas nos últimos anos. Observe-se que em sete anos a proporção de jovens entre 7 e 13 anos de idade que não freqüentam a escola caiu para menos da metade do patamar inicial observado em 1992.

Quando analisamos em separado o desempenho dos jovens brancos e dos jovens negros, ao longo de todo o período, observamos que o desempenho não é homogêneo entre as raças.²³ A melhoria relativa entre os negros é mais intensa justamente nos grupos em que ocorre o melhor desempenho para a média do Brasil, isto é, nos grupos de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola, e de 8 a 14 anos que ainda não completaram a primeira série do ensino fundamental. Os jovens brancos obtiveram uma melhoria relativa mais intensa do que os negros entre os grupos de 11 a 17 anos que não completaram a quarta série do ensino fundamental, de 15 a 21 anos que não completaram a oitava série do ensino fundamental, e de 18 a 23 anos que não completaram o ensino secundário.

Apesar da evolução na década indicar a melhoria em todos os indicadores e a inexistência de um comportamento homogêneo no desempenho relativo dos jovens que privilegiasse somente uma raça, constatamos na tabela 13 que os jovens negros apresentam, em todos os anos da série e para todos os segmentos, níveis de desempenho inferiores aos jovens brancos. Os níveis de freqüência à escola e de analfabetismo, por exemplo, são piores entre os jovens negros do que entre os jovens brancos. Em 1999, 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos são analfabetos, mas 3% entre os brancos; 5% dos jovens negros de 7 a 13 anos não freqüentam a escola e somente 2% dos jovens brancos dessa faixa de idade não o fazem.

As maiores diferenças absolutas em favor dos brancos encontram-se nos segmentos mais avançados do ensino formal. Por exemplo, entre os jovens brancos de 18 a 23 anos, 63% não completaram o ensino secundário. Embora

²² Observe-se que os indicadores de desempenho pretendem identificar os diversos estágios da escolaridade das populações jovem e adulta e, portanto, não captam as relevantes questões associadas à qualidade do ensino e ao conteúdo de aprendizado desses indivíduos.

²³ Sobre o desempenho das crianças, a literatura indica que as pretas e pardas completam menos anos de estudo, mesmo quando realizam-se controles sobre as regressões considerando a origem social ou a renda familiar. Ver, em particular, Rosemberg (1986) e Hasenbalg e Silva (1988 e 2000).

Tabela 13

Características Educacionais da População Jovem segundo Cor do Indivíduo

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Brasil								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	8,8	8,3	7,3	6,6	6,5	5,5	5,0	-42,8
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	12,0	10,1	8,7	7,7	6,1	4,6	3,6	-69,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	35,8	33,3	29,3	26,5	23,2	20,1	18,3	-48,9
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	79,1	77,0	75,0	73,6	72,7	70,1	68,4	-13,5
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª série do ensino fundamental	22,4	21,3	19,1	17,7	16,4	13,8	11,2	-50,0
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do ensino fundamental	41,9	40,9	37,1	34,7	33,1	31,0	27,4	-34,5
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª série do ensino fundamental	70,2	68,9	66,2	63,0	61,6	57,3	53,4	-23,9
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	83,6	83,0	81,1	79,5	78,0	75,7	73,2	-12,5
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	95,0	94,8	94,1	94,1	93,8	93,2	92,9	-2,2
Brancos								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	4,5	4,1	3,7	3,3	3,1	2,7	2,6	-42,4
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	7,6	6,5	5,4	4,8	3,8	2,9	2,4	-68,0
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	31,0	29,2	25,3	22,6	19,0	17,1	15,6	-49,7
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	76,6	75,0	72,9	71,1	70,5	67,7	66,7	-12,9
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª série do ensino fundamental	13,1	12,5	11,0	10,8	9,3	8,4	7,2	-45,5
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do ensino fundamental	29,3	27,8	24,8	23,0	20,8	19,9	17,1	-41,6
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª série do ensino fundamental	59,9	58,4	55,0	51,7	49,3	45,3	40,9	-31,7
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	77,2	76,1	73,5	71,6	69,2	66,6	63,1	-18,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	92,0	91,7	90,8	90,6	90,1	89,2	88,8	-3,5
Negros*								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	13,4	12,8	11,3	10,3	10,1	8,6	7,6	-43,3
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	16,4	13,7	11,8	10,7	8,3	6,2	4,8	-70,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	40,6	37,5	33,4	30,7	27,3	23,3	21,0	-48,2
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	81,9	79,4	77,6	76,6	75,3	72,9	70,4	-14,0
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª série do ensino fundamental	31,6	30,0	27,2	24,7	23,3	19,1	15,2	-52,0
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do ensino fundamental	54,3	53,8	49,5	46,8	45,2	41,9	37,5	-30,9
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª série do ensino fundamental	81,2	80,0	78,1	75,6	74,5	70,1	66,5	-18,1
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	90,9	90,8	89,8	88,6	87,7	86,2	84,4	-7,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	98,5	98,5	98,1	98,2	98,1	98,0	97,7	-0,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e pretos.

Tabela 14

Características Educacionais da População Adulta, segundo a Cor do Indivíduo

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Brasil								
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	42,1	40,7	39,1	37,5	37,0	35,8	35,0	-16,9
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	71,4	70,7	69,3	67,3	66,9	65,5	64,8	-9,3
Pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo	7,7	7,8	8,2	8,4	8,7	8,9	9,0	17,5
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	4,9	5,1	5,2	5,4	5,5	5,6	5,7	15,3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	-22,4
Branco								
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	32,5	31,4	29,9	29,1	28,0	27,0	26,4	-18,8
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	64,3	64,0	62,3	60,8	59,5	58,1	57,4	-10,8
Pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo	11,1	11,2	11,7	11,8	12,5	12,8	12,9	16,2
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	5,9	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,6	12,6
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	10,6	10,1	9,5	9,4	9,0	8,4	8,3	-21,8
Negros *								
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	55,5	53,9	52,2	49,8	49,7	48,2	46,9	-15,6
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	81,6	80,5	79,4	77,2	77,4	76,1	75,3	-7,7
Pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo	2,7	2,8	2,9	3,2	3,2	3,2	3,3	25,2
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	3,6	3,7	3,9	4,1	4,1	4,3	4,4	21,7
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	-23,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e pretos.

elevado, esse valor não se compara aos 84% de jovens negros da mesma idade que ainda não concluíram o ensino secundário. A realidade do ensino superior, apesar da pequena diferença absoluta entre as raças, é desoladora. Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Os jovens negros nessa faixa de idade, por sua vez, praticamente não dispõem do direito de acesso ao ensino superior, na medida em que 98% deles não ingressaram na universidade.

Ainda no que se refere à distância entre jovens negros e jovens brancos devemos observar que, nos itens referentes à conclusão dos ciclos educacionais acima da quarta série, não só o desempenho relativo dos brancos é melhor do que o dos negros ao longo da década, mas também os níveis absolutos em que se encontram os negros em 1999 são inferiores aos dos brancos em 1992. No analfabetismo de jovens entre 15 e 25 anos e no acesso ao ensino superior repete-se a mesma situação. A trajetória entre os jovens é divergente no tempo na medida em que o desempenho relativo, entre 1992 e 1999, no que se refere à conclusão dos ciclos escolares mais avançados, foi melhor entre os jovens brancos do que entre os jovens negros e, além disso, os patamares dos jovens negros ao final do período analisado ainda encontram-se em níveis inferiores aos dos jovens brancos no início do referido período.

Entre os adultos com mais de 25 anos observa-se, na tabela 14, uma melhoria ao longo do período, mas de grau evidentemente bastante inferior à observada entre os jovens. Entre 1992 e 1999, as melhorias dos adultos brancos foram relativamente mais intensas do que as dos adultos negros, à exceção da taxa de analfabetismo, em que os negros vivenciam uma melhora relativa um pouco mais intensa. Do ponto de vista relativo e considerado o horizonte futuro da política social, esse diferencial favorável aos jovens, apesar de ainda insuficiente, pode ser interpretado de modo positivo, pois sugere uma inflexão na tendência da política educacional.

No que se refere à escolaridade média da população adulta em 1999, vemos que o diferencial entre brancos e negros é de 2,3 anos de estudo, confirmando a tendência histórica descrita anteriormente. A taxa de analfabetismo entre os brancos com mais de 15 anos, em 1999, é de 8,3%, enquanto para os negros é de 19,8%. Sabemos que a taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 25 anos é, felizmente, menor, porém o diferencial de 11,5 pontos percentuais na taxa de analfabetismo indica o fortíssimo viés de exclusão imposto à população negra do país. Tomados os analfabetos funcionais, os adultos com menos de quatro anos de estudo, observamos que 26,4% dos brancos se enquadram nessa categoria, contra 46,9% dos negros. Portanto, em 1999, temos um diferencial de mais de 20 pontos percentuais entre negros e brancos, e quase a metade da população negra com mais de 25 anos pode ser considerada analfabeta funcional.

Em 1999, não completaram o ensino fundamental 57,4% dos adultos brancos e 75,3% dos adultos negros. Paralelamente, só completaram o ensino médio 12,9% dos brancos e 3,3% dos negros. Além disso, todos os níveis dos indicadores de escolaridade dos adultos negros em 1999 são inferiores aos indicadores dos adultos brancos em 1992. Destaca-se, em particular, a taxa de analfabetismo de

pessoas com mais de 15 anos: em 1999 essa taxa era de 19,8% entre os negros, sendo que em 1992 era de 10,6% entre os brancos. Observamos, portanto, que à medida que avançamos nos níveis de escolaridade formal da população adulta, as posições relativas entre brancos e negros são crescentemente punitivas em direção aos negros.

6 - TRABALHO INFANTIL: ESTADO DE MAL-ESTAR RACIAL

O trabalho infantil em diversas circunstâncias históricas é reconhecido, infelizmente, como um mecanismo capaz de reduzir a pobreza, tendo em vista que contribui para um aumento da renda média familiar. No entanto, além de moralmente inaceitável, o trabalho infantil compromete o desenvolvimento das crianças e adolescentes, em particular o desenvolvimento educacional e psicológico, limitando suas possibilidades de desempenho no mercado de trabalho e, daí, seu bem-estar futuro. Assim, o trabalho infantil apresenta-se como um importante indicador de mal-estar da sociedade, na medida em que compromete, simultaneamente, o nível atual do bem-estar da sociedade e o bem-estar das gerações futuras.

De modo complementar à seção anterior, que continha os indicadores educacionais para os jovens, examinamos agora a participação das crianças de 5 a 9 anos de idade e de 10 a 14 anos de idade no mercado de trabalho. Os indicadores apresentados na tabela 15 medem a proporção da população na faixa de 10 a 14 anos que participa do mercado de trabalho realizando alguma atividade ou procurando emprego e a proporção de população na faixa de 5 a 9 anos que efetivamente se encontra trabalhando.²⁴

Crianças de 5 a 9 anos

Entre 1992 e 1999 o indicador de trabalho infantil para as crianças de 5 a 9 anos apresenta uma melhoria. Em 1992, 3,7% das crianças nessa faixa de idade trabalhavam, enquanto, em 1999, esse percentual caiu para cerca de 2,4%. Essa melhor posição relativa significa uma queda, em termos percentuais, de 34% na proporção de crianças ocupadas.

Ao desagregarmos o indicador a partir do recorte racial, vemos que a evolução favorável em termos globais traduz-se em uma melhoria tanto dos brancos como dos negros ao longo período. No entanto, a velocidade de melhoria dos brancos foi significativamente maior que a dos negros. Podemos constatar na tabela 15 que, no período analisado, a proporção de crianças brancas entre 5 a 9 anos de idade ocupadas no mercado de trabalho caiu em 45%, enquanto para seus pares negros a queda observada foi somente 24%. Essa distinta intensidade na redução do trabalho infantil gerou, entre 1992 e 1999, um aumento do diferencial entre crianças brancas e crianças negras de mais de 20%.

²⁴ Para analisar o trabalho infantil, as taxas de participação representam um indicador melhor do que as taxas de ocupação. Entretanto, a estrutura do questionário da PNAD não permite identificar a população na faixa de 5 a 9 anos que procura emprego e, desse modo, utilizamos a taxa de ocupação para essa faixa de idade.

Tabela 15

Participação Infantil no Mercado de Trabalho — 1992-1999

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Taxa de ocupação de crianças de 5 a 9 anos¹</i>								
Brasil								
Total	3,67	3,18	3,19	nd	nd	2,59	2,44	-33,6
Branços	3,33	2,84	2,36	nd	nd	1,82	1,84	-44,8
Negros*	4,00	3,53	4,04	nd	nd	3,31	3,03	-24,2
<i>Taxa de participação de crianças de 10 a 14 anos²</i>								
Brasil								
Total	0,22	0,22	0,20	0,17	0,17	0,17	0,17	-26,1
Branços	0,20	0,19	0,17	0,15	0,14	0,14	0,13	-32,9
Negros*	0,25	0,24	0,24	0,19	0,20	0,19	0,20	-21,5
<i>Grandes Regiões</i>								
Norte								
Total	0,17	0,18	0,18	0,13	0,15	0,16	0,16	-5,8
Branços	0,13	0,16	0,13	0,10	0,12	0,12	0,14	6,2
Negros*	0,19	0,19	0,19	0,14	0,16	0,17	0,17	-8,8
Nordeste								
Total	0,29	0,28	0,28	0,23	0,24	0,25	0,24	-16,8
Branços	0,27	0,26	0,25	0,20	0,21	0,21	0,21	-21,6
Negros*	0,30	0,28	0,29	0,23	0,25	0,26	0,26	-15,0
Centro - Oeste								
Total	0,24	0,23	0,21	0,17	0,16	0,16	0,16	-32,6
Branços	0,22	0,21	0,17	0,15	0,13	0,13	0,14	-37,0
Negros*	0,26	0,25	0,23	0,18	0,18	0,17	0,17	-32,7
Sudeste								
Total	0,16	0,15	0,13	0,11	0,11	0,10	0,09	-39,9
Branços	0,14	0,13	0,11	0,10	0,09	0,09	0,08	-46,0
Negros*	0,18	0,18	0,16	0,14	0,13	0,12	0,12	-33,3
Sul								
Total	0,27	0,26	0,26	0,20	0,19	0,18	0,18	-31,7
Branços	0,26	0,25	0,26	0,20	0,19	0,19	0,18	-30,5
Negros*	0,30	0,31	0,25	0,22	0,18	0,14	0,19	-36,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e pretos.

1 - Taxa de ocupação = razão entre a população ocupada e a PIA.

O aumento da distância racial nesse indicador não deve, porém, obscurecer a inquestionável relevância da década de 90 para a melhoria do bem-estar das crianças. A maior queda do indicador de trabalho infantil das crianças brancas pode, contudo, ser interpretada como mais um elemento que expressa a maior intensidade dos obstáculos existentes em nossa sociedade para o desenvolvimento da população negra – especificamente para seu desenvolvimento na infância.

Crianças de 10 a 14 anos

Na tabela 15 observa-se a evolução da taxa de participação das crianças entre 10 e 14 anos de idade no período 1992-1999 para o Brasil como um todo e para as grandes regiões. De forma semelhante às crianças entre 5 e 9 anos, os indicadores revelam que, ao longo da década, houve uma melhoria da situação das crianças de 10 a 14 anos, expressa na redução da proporção das que participam do mercado de trabalho. Em 1992 a proporção de crianças nessa faixa de idade que encontrava-se trabalhando ou procurando emprego era de 22%. Entre 1995 e 1996 observa-se uma queda de cinco pontos percentuais que mantém-se até 1999, implicando importante redução na proporção de crianças de 10 a 14 anos integrantes do mercado de trabalho.

A análise desagregada em termos raciais nos mostra que, no ano de 1999, 20% das crianças negras e 13% das crianças brancas na faixa de 10 a 14 anos participavam do mercado de trabalho. A evolução do indicador para cada raça segue a tendência nacional, com redução na taxa de participação das crianças de 10 a 14 anos tanto para a população branca como para a população negra, entre os anos de 1992 e 1999. Entretanto, considerada a intensidade da evolução relativa do indicador de participação no mercado de trabalho, vemos que a velocidade de melhora é maior entre os brancos, o que resulta em uma ampliação do diferencial entre brancos e negros na faixa de 10 a 14 anos de idade.

Incorporado o recorte regional, notamos que o aumento do diferencial entre brancos e negros não foi uniforme em todas as regiões. Na região Norte e na região Sul observamos reduções no diferencial das taxas de participação entre as raças. Ao mesmo tempo, esse diferencial cresce no Nordeste, no Centro-Oeste e, de forma intensa, no Sudeste. Vale a pena observar que a redução no diferencial entre brancos e negros na região Norte deve-se não somente a uma menor participação das crianças negras no mercado de trabalho, mas também a uma maior participação das crianças brancas.

Finalmente, não devemos depreciar a importância dos avanços no indicador de trabalho infantil para a melhoria do bem-estar da sociedade. Todavia, a melhoria verificada em termos percentuais não elide os preocupantes números absolutos desse fator de exclusão social.

7 - MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES DE TAMANHO DO MERCADO E DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS POSTOS DE TRABALHO

As condições de trabalho são avaliadas a partir de quatorze indicadores que podem ser sistematizados em duas dimensões: (a) tamanho do mercado de trabalho; e (b) distribuição setorial dos postos de trabalho. As tabelas 16 e 17, adiante, apresentam a evolução desses indicadores entre 1992 e 1999 para o Brasil como um todo e, em separado, para os conjuntos de trabalhadores de cor branca e cor negra.²⁵

O tamanho do mercado de trabalho é avaliado por intermédio de 10 indicadores: (a) população em idade ativa (PIA); (b) população economicamente ativa (PEA); (c) população ocupada; (d) população desempregada; (e) taxa de participação (razão entre PEA e PIA) com recorte por gênero; e (f) taxa de desemprego (razão entre população desempregada e PEA) com recorte por gênero.

A tabela 16 mostra que a população em idade ativa do país cresceu de forma acentuada no período. Entre brancos e negros o crescimento na PIA foi semelhante, cerca de 14%, representando mais 8,8 milhões de brancos e 7,3 milhões de negros. A população economicamente ativa nesses sete anos cresceu em 9,3 milhões de pessoas: 5,2 milhões de brancos e 4 milhões de negros. Devido aos comportamentos da PEA e da PIA serem diferenciados no tempo, a taxa de participação no mercado de trabalho atinge seu menor valor em 1996, voltando a crescer desde então mas ainda em 1999 com um valor inferior ao início da série. O contingente de pessoas ocupadas cresceu em menor intensidade que a população economicamente ativa, gerando um aumento mais que proporcional na população desempregada.

A tendência evidenciada ao longo da década para os valores absolutos e relativos dos indicadores de tamanho do mercado de trabalho nos indica as diferenças na qualidade das condições de vida de cada raça associadas às condições de acesso ao mercado de trabalho. Em 1999, a taxa de participação média da população negra é pouco superior à da população branca. No entanto, ao longo do período, há uma redução em ambas as taxas de participação, com a perda relativa na taxa de participação dos negros maior do que a perda dos brancos. Essa distribuição das perdas ao longo do tempo reduz as diferenças raciais, beneficiando os brancos a partir de uma trajetória de relativa convergência dos brancos em direção aos negros.

²⁵ Para uma análise desagregada por regiões metropolitanas das condições de inserção da população negra no mercado de trabalho ver a importante contribuição do “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”, (INSPJR, 1999).

Tabela 16

Mercado de Trabalho: Indicadores de Tamanho e Participação

(Em %)

	Ano							Variação relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Brasil</i>								
População em idade ativa*	113,7	116,1	120,9	123,6	125,1	127,7	130,1	14,4
População economicamente ativa*	70,0	71,0	74,1	73,1	75,2	76,9	79,3	13,3
População ocupada*	65,4	66,6	69,6	68,0	69,3	70,0	71,7	9,6
População desempregada*	4,6	4,4	4,5	5,1	5,9	6,9	7,6	66,9
Taxa de participação								
Total	61,6	61,1	61,3	59,2	60,1	60,2	61,0	-0,9
Homens	76,7	76,0	75,3	73,2	73,9	73,6	73,8	-3,8
Mulheres	47,2	47,1	48,1	46,0	47,2	47,6	49,0	3,6
Taxa de desemprego								
Total	6,5	6,2	6,1	6,9	7,8	9,0	9,6	47,3
Homens	5,6	5,4	5,3	5,7	6,4	7,2	7,9	41,9
Mulheres	8,0	7,4	7,3	8,8	10,0	11,6	12,1	50,3

(continua)

(continuação)

	Ano							Variação relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Branços</i>								
População em idade ativa*	62,3	63,8	66,7	69,2	68,9	69,9	71,1	14,1
População economicamente ativa*	37,9	38,6	40,6	40,7	41,1	41,7	43,1	13,8
População ocupada*	35,6	36,4	38,3	38,1	38,1	38,2	39,3	10,3
População desempregada*	2,3	2,2	2,3	2,6	3,0	3,6	3,8	67,2
Taxa de participação								
Total	60,8	60,5	60,9	58,8	59,7	59,7	60,6	-0,3
Homens	76,3	75,6	75,0	73,2	73,8	73,4	73,6	-3,6
Mulheres	46,7	46,7	48,1	45,9	47,1	47,3	49,0	4,8
Taxa de desemprego								
Total	6,0	5,6	5,7	6,5	7,3	8,5	8,9	46,9
Homens	5,1	4,8	4,9	5,3	5,9	6,8	7,1	40,9
Mulheres	7,5	6,8	6,7	8,3	9,2	11,0	11,2	49,9
<i>Negros **</i>								
População em idade ativa*	50,8	51,6	53,4	53,6	55,5	56,8	58,1	14,4
População economicamente ativa*	31,7	31,9	33,0	31,9	33,6	34,5	35,7	12,6
População ocupada*	29,4	29,7	30,8	29,5	30,8	31,2	31,9	8,4
População desempregada*	2,3	2,2	2,2	2,4	2,9	3,3	3,8	66,3
Taxa de participação ¹								
Total	62,5	61,9	61,9	59,6	60,6	60,8	61,4	-1,7
Homens	77,2	76,5	75,8	73,3	74,1	73,9	74,0	-4,1
Mulheres	47,9	47,4	48,2	46,0	47,3	47,8	48,9	2,2
Taxa de desemprego ²								
Total	7,2	6,9	6,6	7,5	8,5	9,6	10,6	47,7
Homens	6,2	6,1	5,7	6,3	6,9	7,8	8,8	42,5
Mulheres	8,8	8,3	8,1	9,5	11,0	12,4	13,3	51,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: * Em milhões de pessoas.

**A população negra é composta por pardos e pretos.

1 - A taxa de participação é igual à razão entre a PEA e a PIA.

2 - A taxa de desemprego é igual à razão entre a população desempregada e a PEA.

O recorte de gênero mostra que as taxas de participação das mulheres negras é recorrentemente superior às das mulheres brancas ao longo da série, à exceção do último ano, 1999, quando as taxas de participação feminina são praticamente idênticas entre as raças. Apesar de ambas aumentarem suas taxas de participação entre 1992 e 1999, a melhoria relativa das mulheres brancas é significativamente superior à das mulheres negras. Entre os homens observam-se comportamentos distintos. Em primeiro lugar, a taxa de participação dos homens negros é maior do que a dos homens brancos em toda a série. Em segundo lugar, ao longo do período, homens brancos e negros reduzem suas respectivas taxas de participação, sendo as perdas relativas maiores para os homens negros. A desagregação por raça e gênero no que se refere às taxas de participação no mercado de trabalho nos revela que nos anos 90 há uma ampliação das diferenças entre as mulheres, penalizando as mulheres negras, e uma redução das diferenças entre os homens, reduzindo as vantagens relativas dos negros.

No que tange ao desemprego, observamos, em 1999, que, apesar de a população economicamente ativa dos brancos (43,1 milhões) ser significativamente superior à dos negros (35,7 milhões), o contingente de 7,6 milhões de desempregados é dividido de forma equânime em dois conjuntos, um negro e outro branco, de cerca de 3,8 milhões de trabalhadores. Esses valores representam, para ambas as raças, um aumento de cerca de 67% na quantidade de desempregados. Assim, as taxas de desemprego são bastante distintas: os negros possuem, em 1999, 10,6% de desempregados entre sua população economicamente ativa, contra 8,9% entre os brancos. Analisando-se a evolução de 1992 a 1999 constatamos, no entanto, que a intensidade das perdas de posição relativa são idênticas entre as duas raças.

A análise das taxas de desemprego a partir de um recorte de gênero nos mostra, em primeiro lugar, que tanto os homens negros como as mulheres negras apresentam taxas de desemprego maiores do que seus correspondentes brancos, em todos os anos da série. Em segundo lugar, ao longo do período, observa-se uma perda de posição relativa para os negros, homens e mulheres, com suas taxas de desemprego mais crescentes do que a dos brancos. A desagregação por gênero indica, portanto, uma tendência de ampliação das diferenças raciais nas condições de trabalho – mensuradas pelas taxas de desemprego –, tanto para as mulheres como para os homens, sempre penalizando as respectivas populações de origem negra.²⁶

A segunda dimensão do mercado de trabalho analisada no texto refere-se à distribuição setorial dos postos de trabalho e encontra-se na tabela 17. Tal distribuição nos permite captar a qualidade da composição do emprego a partir de dois pares de indicadores. O primeiro refere-se à posição na ocupação dos trabalhadores: (a) grau de informalidade, definido como a proporção de ocupados inseridos em atividades por conta-própria, empregados sem carteira, trabalhadores

²⁶ Soares (2000) também mostra que existe um padrão semelhante ao que identificamos no comportamento da taxa de desemprego. No que se refere à remuneração no mercado de trabalho a população negra encontra-se em piores condições que a branca, devido à existência de um significativo termo de discriminação racial nos diferenciais salariais, embora o termo não seja o principal determinante destes diferenciais.

sem remuneração ou produzindo para auto-consumo; e (b) grau de assalariamento, definido como a proporção dos ocupados que são funcionários públicos (civil ou militar) e empregados com carteira.

O segundo conjunto de indicadores refere-se à colocação dos trabalhadores em setores dinâmicos da economia: (c) grau de industrialização, isto é, proporção dos ocupados na indústria de transformação; e (d) grau de modernidade, ou proporção de trabalhadores engajados na indústria de transformação e nos serviços modernos (eletricidade, água, serviços financeiros).

Entre 1992 e 1999 o grau de informalidade sofre um ligeiro aumento e o grau de assalariamento fica virtualmente estável. A análise desagregada em termos raciais nos mostra que o grau de informalidade entre os trabalhadores negros é maior do que entre os brancos ao longo de toda a série. O grau de assalariamento, por sua vez, é sempre maior entre os brancos. Esses níveis absolutos indicam que existe maior precariedade na distribuição da posição na ocupação entre os trabalhadores negros. No entanto, a análise da evolução entre 1992 e 1999 sugere que as tendências desses indicadores são opostas para as populações de cor branca e de cor negra. O grau de informalidade aumenta entre os brancos, apesar de seu menor nível, e diminui entre os negros. O grau de assalariamento, por sua vez, aumenta para os brancos e diminui para os negros. Assim, observamos um comportamento convergente no que se refere ao grau de informalidade, diminuindo a diferença entre brancos e negros a partir do efeito simultâneo de uma piora da posição relativa dos brancos e uma melhora relativa dos negros. Quanto ao grau de assalariamento o comportamento é divergente, observando-se um aumento da diferença por intermédio de uma melhora da posição relativa dos brancos e uma piora da posição relativa dos negros.

A tendência à deterioração na qualidade dos postos de trabalho é confirmada pelo declínio dos graus de industrialização e de modernização para o país como um todo e para ambos os grupos raciais. No entanto, vemos que ao longo de toda a série o nível de precariedade dos postos de trabalho é sempre maior para os negros do que para os brancos. Em 1999, por exemplo, a proporção de brancos envolvidos na indústria de transformação é de 12,8%, enquanto essa proporção é somente 9% entre os negros. O conjunto de brancos ocupados na indústria de transformação e nos serviços modernos, por sua vez, é 14,7% e de 9,8% para a população negra. Apesar de a evolução entre 1992 e 1999 manter a mesma tendência para os universos analisados, a piora relativa é mais intensa entre os negros, em particular no que diz respeito ao grau de industrialização. Desse modo, o diferencial entre brancos e negros no que diz respeito aos graus de industrialização e modernidade dos postos de trabalho aumenta ao longo do tempo, em detrimento dos trabalhadores negros.

Tabela 17

Mercado de Trabalho: Distribuição Setorial dos Postos de Trabalho

Indicadores	Ano							(Em %)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Varição relativa
<i>Brasil</i>								
Grau de informalidade	52,95	53,10	53,41	52,77	52,82	52,46	53,35	0,8
Grau de assalariamento	62,63	62,80	62,51	64,01	63,72	63,71	62,85	0,4
Grau de industrialização	12,40	12,37	11,85	11,98	11,84	11,26	11,05	-10,9
Grau de modernidade	14,34	14,33	13,48	13,61	13,38	12,78	12,52	-12,7
<i>Branco</i>								
Grau de informalidade	46,96	47,42	47,99	48,31	47,75	47,57	48,07	2,4
Grau de assalariamento	65,11	64,95	64,85	65,81	66,19	66,37	65,78	1,0
Grau de industrialização	14,05	14,33	13,70	13,78	13,62	12,90	12,76	-10,1
Grau de modernidade	16,69	16,95	15,86	15,93	15,69	14,92	14,72	-13,4
<i>Negros*</i>								
Grau de informalidade	60,30	60,12	60,16	58,53	59,10	58,46	59,89	-0,7
Grau de assalariamento	59,63	60,25	59,69	61,79	60,75	60,46	59,28	-0,6
Grau de industrialização	10,38	9,97	9,56	9,68	9,67	9,27	8,98	-15,7
Grau de modernidade	11,41	11,09	10,52	10,64	10,52	10,14	9,81	-16,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e pretos.

8 - CONDIÇÕES MATERIAIS DE BEM-ESTAR: HABITAÇÃO E CONSUMO DE BENS DURÁVEIS

Condições Habitacionais

Para avaliar as condições habitacionais, utilizamos um conjunto de indicadores que medem a proporção da população vivendo em condições de habitação precárias ou com dificuldades de acesso a serviços públicos adequados. Os indicadores utilizados são: (a) qualidade do material de construção de domicílio; (b) propriedade do imóvel; (c) propriedade do terreno onde se localiza o imóvel; (d) densidade habitacional medida pelo número de moradores por cômodo; (e) abastecimento de água encanada no interior do domicílio; (f) acesso a um sistema de esgoto sanitário adequado; (g) acesso à energia elétrica; e (h) acesso à coleta de lixo. Na medida em que os indicadores habitacionais são construídos como indicadores de carência na população, melhorias nas condições habitacionais são captadas a partir da redução no nível de carência, isto é, queda no valor do indicador. A tabela 18, adiante, apresenta estimativas desses oito indicadores para o período 1992-1999.

A análise da evolução desse conjunto de indicadores revela que ao longo da década de 90 houve, para o todo do país, uma melhoria dos indicadores habitacionais. A proporção de domicílios que não possuem acesso à energia elétrica, coleta do lixo, abastecimento de água e escoamento sanitário sofreu, em relação aos níveis do ano de 1992, uma queda de, respectivamente, 53%, 39%, 35% e 18%. A proporção de domicílios construídos com material não durável diminuiu em aproximadamente 31%, enquanto a proporção de domicílios localizados em terreno não próprio se reduz também em 30%. Finalmente, a proporção de domicílios com alta densidade habitacional diminuiu em cerca de 27%.

A melhoria dos indicadores habitacionais em termos percentuais, no entanto, não pode ocultar o fato de que o nível absoluto de alguns desses indicadores permanece extremamente elevado em 1999. Por exemplo, é preocupante chegarmos ao final do século com 39% dos domicílios sem acesso ao escoamento sanitário adequado, 22% sem acesso à coleta de lixo, 20% apresentando alta densidade e 16% sem abastecimento de água adequado.

A análise desagregada em termos raciais confirma a tendência nacional, posto que as condições de vida expressas por intermédio dos indicadores habitacionais melhoram tanto para a população branca como para a população negra. No entanto, considerando a intensidade da evolução relativa dos indicadores habitacionais ao longo do período analisado, vemos que a velocidade de melhoria é maior — e por vezes significativamente maior — para os brancos, em todos os indicadores. A única exceção refere-se ao indicador do material utilizado na construção do domicílio, onde o nível absoluto de precariedade é particularmente baixo.

Assim, apesar da melhoria relativa nas condições habitacionais da população brasileira em geral, a experiência recente indica uma trajetória de aumento das diferenças entre brancos e negros, sobretudo nos indicadores de acesso à coleta de lixo, escoamento sanitário, acesso à energia elétrica e abastecimento de água. Esse aumento das diferenças ocorre em um cenário socioeconômico em que os níveis de precariedade das condições habitacionais são maiores para os negros, em todos os anos da série e em todos os indicadores. E, o que é ainda mais grave, os níveis absolutos da precariedade dos negros apresentam-se extremamente altos.

Diante disso, a ampliação das diferenças entre brancos e negros no campo habitacional pode ser interpretada como uma dimensão socioeconômica relevante no processo de geração de discriminação racial. Tendo em vista que a maioria dos domicílios que compõem o extremo inferior da distribuição de bem-estar brasileira são domicílios habitados por negros, sabemos que melhorias nas condições habitacionais, focalizadas sobre os pobres ou mesmo distribuídas de modo uniforme ao longo da distribuição de renda, produziriam uma modificação positiva de maior intensidade nos “domicílios negros”. Se assim o fosse, o diferencial entre brancos e negros, expresso em termos do acesso a condições habitacionais com mínima dignidade, tenderia a se reduzir. Não esqueçamos que esse efeito de redução do diferencial teria maior probabilidade de ocorrer na medida em que, como dissemos, é extremamente alto o patamar de precariedade em que se encontra a comunidade negra no início dos anos 90. No entanto, o diferencial aumenta e os mecanismos de discriminação racial se reforçam.

Por fim, além de enfatizar o aumento do diferencial entre brancos e negros e o fato de os níveis de precariedade das condições habitacionais serem recorrentemente maiores entre os negros ao longo de toda a série histórica, podemos destacar dois outros importantes elementos do padrão de discriminação racial. Por um lado, todos os valores dos indicadores habitacionais para a população negra no ano de 1999 são de pior qualidade do que os observados para a população branca em 1992. Por outro lado, alguns desses níveis referentes às famílias negras são bastante preocupantes, mesmo quando consideramos o final da série no ano de 1999 — em particular, os domicílios com escoamento sanitário inadequado (52%), sem acesso à coleta de lixo (30%), com alta densidade (28%) e com abastecimento de água inadequado (26%).

Tabela 18

Indicadores habitacionais (1992 - 1999)

(Em %)

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Brasil</i>								
Domicílios construídos com material não durável	6,7	6,4	6,0	5,9	5,1	5,1	4,6	-30,8
Domicílios alugados	13,8	13,5	12,9	12,2	12,3	12,3	12,4	-10,1
Domicílios não localizados em terreno próprio	10,7	8,8	8,7	8,1	8,1	8,0	7,5	-29,9
Domicílios com alta densidade	26,9	25,8	23,9	23,2	22,3	21,0	20,0	-25,7
Domicílios com abastecimento de água inadequado	25,0	24,1	21,7	18,4	18,6	17,2	16,2	-35,3
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	47,6	45,9	44,4	40,2	41,0	39,6	38,8	-18,6
Domicílios sem acesso à energia elétrica	12,3	11,1	9,2	7,9	7,4	6,5	5,8	-53,1
Domicílios sem acesso à coleta de lixo	36,3	33,1	30,7	29,3	25,9	23,8	22,0	-39,2
<i>Branco</i>								
Domicílios construído com material não durável	2,68	2,45	2,31	2,56	1,97	2,08	1,91	-28,7
Domicílios alugados	15,33	15,09	14,42	13,41	13,56	13,64	13,64	-11,0
Domicílios não localizado em terreno próprio	8,40	6,56	6,57	6,11	6,69	6,34	5,88	-29,9
Domicílios com alta densidade	18,26	17,69	16,12	15,84	14,92	13,88	13,35	-26,9
Domicílios com abastecimento de água inadequado	13,31	12,78	10,78	9,46	8,94	8,22	7,85	-41,0
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	35,29	34,14	32,51	29,81	29,75	28,59	27,73	-21,4
Domicílios sem acesso à energia elétrica	6,38	5,86	4,73	4,15	3,67	3,05	2,65	-58,4
Domicílios sem acesso à coleta de lixo	25,96	23,59	21,27	20,27	17,62	16,19	15,24	-41,3
<i>Negros*</i>								
Domicílios construído com material não durável	11,41	11,06	10,39	10,11	8,78	8,83	7,80	-31,6
Domicílios alugados	11,98	11,64	10,96	10,81	10,79	10,82	10,96	-8,5
Domicílios não localizado em terreno próprio	13,36	11,38	11,26	10,56	9,75	10,05	9,42	-29,5
Domicílios com alta densidade	37,30	35,69	33,51	32,51	31,14	29,48	27,99	-25,0
Domicílios com abastecimento de água inadequado	39,05	37,82	34,94	29,68	30,29	28,06	26,15	-33,0
Domicílios com escoamento sanitário inadequado	62,53	60,17	58,89	53,24	54,78	53,05	52,12	-16,6
Domicílios sem acesso à energia elétrica	19,31	17,46	14,55	12,58	11,75	10,75	9,44	-51,1
Domicílios sem acesso à coleta de lixo	48,66	44,61	42,09	40,53	35,82	33,02	30,25	-37,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: A população negra é composta por pardos e pretos.

Consumo de Bens Duráveis

A posse de bens duráveis serve como indicador do padrão de consumo dos indivíduos e, portanto, de seu bem-estar. Além disso, a difusão da posse de bens duráveis deriva, em parte, da estabilização macroeconômica do país e, desse modo, podemos acompanhar a evolução da década de 90 procurando identificar se a estabilidade de preços acarretou efeitos indiretos sobre a desigualdade racial.

Podemos, a partir da PNAD, identificar um conjunto de sete indicadores que medem a posse dos seguintes bens duráveis: (a) fogão; (b) geladeira; (c) máquina de lavar; (d) rádio; (e) televisão a cores; (f) *freezer*; e (g) telefone. Os indicadores na tabela 19 medem a proporção de pessoas que não têm acesso aos referidos bens e, portanto, reduções nos níveis dos indicadores que implicam melhoria no acesso aos bens duráveis.

Entre 1992-1999, todos os indicadores de acesso a bens duráveis apresentaram melhoria. Em termos absolutos, o maior crescimento na aquisição de bens duráveis concentrou-se na televisão a cores; em 1992, cerca de 55% dos domicílios não tinha televisão a cores e esse percentual cai para cerca de 20% em 1999, representando uma melhoria relativa de 63%. Em termos relativos, destaca-se também o consumo de fogões, com a redução de 67% nos domicílios que não possuíam fogões.

No entanto, apesar da evolução favorável, alguns bens continuam circunscritos na estrutura de consumo usualmente identificada como de “classe média” e, portanto, fora do alcance da grande maioria da população. Vemos assim que entre os anos 1992 e 1999, apesar do aumento percentual na posse de telefones (22%), máquinas de lavar (11%) e *freezer* (9%), os níveis absolutos de privação dos domicílios no acesso a esses bens ainda é relevante, na medida em que 64% não possuem telefone, 68%, máquina de lavar, e 80%, *freezer*.

Ao desagregarmos a posse de bens duráveis a partir do recorte racial, vemos que tanto brancos como negros apresentam, ao longo do período, uma melhoria dos indicadores em termos absolutos. No entanto, à semelhança dos indicadores habitacionais, a velocidade da melhoria em quase todos os indicadores de posse de bens duráveis é maior entre os domicílios brancos do que entre os domicílios negros. O aumento na distância entre brancos e negros foi de cerca de 12% na posse de televisão a cores e de telefones, 8% na posse de geladeira, 6% na posse de máquina de lavar e 5% na posse de *freezer*.

Somente na posse de fogão e de rádio observa-se uma convergência no padrão racial do consumo, com uma maior intensidade na melhoria dos negros em relação aos brancos. No entanto, não podemos esquecer que os domicílios habitados por negros permanecem com níveis absolutos de maior privação para todos os indicadores de posse de bens duráveis ao longo do período analisado. A proporção de domicílios habitados por negros que não possuem *freezer*, máquina de lavar e telefone é, respectivamente, 90%, 83% e 70%. Esses valores são respectivamente 73%, 56% e 54% para os domicílios habitados por brancos.

Tabela 19

Indicadores de Posse de Bens Duráveis — 1992-1999)

(%)

	Ano							Variação relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Brasil</i>								
Fogão	2,39	1,57	1,29	1,39	1,08	0,96	0,79	-67,04
Geladeira	29,82	29,82	26,53	22,92	20,56	19,01	18,08	-39,38
Filtro	36,35	35,41	35,44	35,06	36,11	36,94	37,87	4,16
Máquina de lavar	76,73	76,66	74,39	70,49	68,84	68,41	67,95	-11,44
Rádio	15,00	14,91	10,85	9,23	9,31	9,16	9,83	-34,50
Televisão a cores	55,41	51,95	40,83	31,87	26,50	22,34	20,65	-62,73
Freezer	87,77	87,21	84,81	82,14	81,17	80,20	80,29	-8,52
Telefone	82,50	81,86	79,46	76,38	73,57	69,62	63,98	-22,44
<i>Branços</i>								
Fogão	0,77	0,58	0,40	0,53	0,43	0,39	0,30	-61,39
Geladeira	17,72	17,77	15,21	13,06	11,21	9,97	9,69	-45,30
Filtro	28,18	27,88	27,91	28,11	28,62	30,30	31,05	10,16
Máquina de lavar	65,63	65,68	63,23	59,02	57,03	56,73	55,95	-14,75
Rádio	9,54	9,47	7,01	6,15	5,99	6,05	6,59	-30,93
Televisão a cores	42,42	39,08	28,18	21,56	17,11	13,84	12,94	-69,48
Freezer	81,55	80,89	77,92	74,82	73,42	72,58	72,71	-10,84
Telefone	74,82	74,45	71,32	67,91	64,50	59,93	53,51	-28,48
<i>Negros *</i>								
Fogão	4,33	2,70	2,32	2,44	1,80	1,63	1,35	-68,80
Geladeira	44,37	44,45	40,35	35,26	31,85	29,95	28,12	-36,62
Filtro	44,16	42,72	42,73	42,02	43,43	43,37	44,42	0,59
Máquina de lavar	90,28	90,37	88,37	85,11	83,43	82,86	82,64	-8,46
Rádio	21,54	21,49	15,52	13,06	13,33	12,92	13,69	-36,43
Televisão a cores	71,22	67,81	56,38	44,86	37,92	32,65	29,94	-57,96
Freezer	95,38	95,08	93,38	91,49	90,72	89,61	89,57	-6,10
Telefone	92,09	91,31	89,85	87,37	84,88	81,76	76,89	-16,50

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: A população negra é composta por pardos e pretos.

Por fim, devemos reconhecer que é inquestionável a importância dessa década para o aumento relativo do bem-estar da população expresso no consumo de bens duráveis. No entanto, do ponto de vista racial, a ampliação das diferenças entre brancos e negros na posse de bens duráveis indica um vetor de discriminação racial no contexto de estabilidade de preços sem transferências de renda. A simples melhoria uniforme ao longo da distribuição de renda, ou ainda uma melhoria focalizada no extremo inferior da distribuição tenderia a gerar um avanço proporcionalmente maior para os indicadores de consumo da comunidade negra.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicado na introdução, o objetivo deste texto é fornecer um relato empírico detalhado de diversas dimensões da desigualdade racial no Brasil. Em particular, procura tornar evidente, no contexto da investigação sobre as condições de vida das populações branca e negra, a magnitude das diferenças e as trajetórias de convergência ou divergência entre brancos e negros ao longo da década de 90.

O artigo atesta, de modo contundente, a intensa desigualdade de oportunidades a que está submetida a população negra no Brasil. A pobreza, como vimos, não está “democraticamente” distribuída entre as raças. Os negros encontram-se sobre-representados na pobreza e na indigência, consideradas tanto a distribuição etária, como a regional e a estrutura de gênero.

A intensidade na desigualdade de renda entre brancos e negros no interior de cada raça também é significativa. A desigualdade deriva, de forma principal, da forte concentração de renda no segmento mais rico da sociedade e, em particular, da heterogeneidade no interior desse grupo de renda. Os negros freqüentam a riqueza do país, mas são participantes minoritários. Os brancos são mais ricos e mais desiguais. Os negros, mais iguais e mais pobres.

A escolaridade de brancos e negros, por sua vez, nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. Como vimos, apesar da melhoria nos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros, mantém-se estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, ao longo do século XX, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial racial expresso em termos de escolaridade. Reconhecendo a importância da educação na constituição da subjetividade e da identidade individual, inferimos com facilidade o ônus para a população negra e para a sociedade como um todo da manutenção desse padrão de desigualdade.

As outras dimensões socioeconômicas analisadas, recordemos, referem-se ao trabalho infantil, mercado de trabalho, condições habitacionais e consumo de bens duráveis. Em todas elas, assim como na educação e na pobreza, observamos, de forma recorrente, que existem diferenças entre brancos e negros, com os negros sempre em desvantagem. Mas além de se registrarem importantes diferenças nos

vários recortes propostos, essas diferenças são de magnitude relevante. Mais do que isso, são estáveis ao longo da década, resistindo, inclusive, às melhorias observadas na maioria dos indicadores de condições de vida do país. Portanto, tendo como referência a década de 90, vemos que existiram avanços positivos nas condições de vida da população brasileira, mas esses avanços não se traduziram em reduções na desigualdade racial.

O texto, como antecipamos, não pretende realizar qualquer incursão sobre a formulação de propostas de políticas públicas que enfrentem a questão da desigualdade racial no Brasil.²⁷ No entanto, os resultados deste texto, que juntam-se a tantos outros indicadores presentes na literatura, são contundentes no sentido da necessidade de se desenvolverem políticas públicas dirigidas preferencialmente aos negros brasileiros: políticas de inclusão social e econômica com preferência racial, políticas ditas de ação afirmativa, que contribuam para romper com nossa excessiva desigualdade.

A necessidade de uma ação anti-racista que enfrente o desafio histórico de integrar as perspectivas “universalista” e “diferencialista” encontra-se, cremos, no centro de um processo de desnaturalização da desigualdade racial. Os limites — impossibilidade para alguns — da integração dessas perspectivas são enormes, mas, talvez, o uso da tolerância — sabemos insuficiente — no espaço democrático, associado à uma perspectiva de pluralidade de culturas no seio da sociedade brasileira possa sugerir caminhos.²⁸

Portanto, faz-se necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades, de condições e de resultados, fazendo dispor, entre outros, de políticas explícitas de inclusão racial. A redução da desigualdade entre brasileiros brancos e brasileiros afro-descendentes apresenta-se como prioridade para constituirmos uma sociedade democrática, livre, economicamente eficiente e socialmente justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George R. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.22, p.47-83, set. 1992.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. p. 21-47.

²⁷ Conforme colocado anteriormente, o programa de pesquisa do IPEA sobre “Desigualdade Racial no Brasil” evidentemente tem como prioridade avançar para além do diagnóstico e gerar proposições de políticas públicas que enfrentem a desigualdade racial. Essa dimensão da agenda de pesquisa ainda será tema de outros trabalhos.

²⁸ A reflexão sobre o conteúdo e horizontes das perspectivas “universalista” e “diferencialista” remete a controversa e ampla literatura. Para uma relevante e atual reflexão aplicada à realidade brasileira, ver d’Adesky.(2001)

_____. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social no Brasil. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, n.1, p.11-31, 2000b.

_____. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000c. p. 405-423.

CAMARANO, Ana A. et al. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, Ana.A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro : IPEA, 1999. p. 19-71, il.

D´ADESKY, Jacques, *Racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DaMATTa, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro : Rocco, 1990. p. 58-87.

FERREIRA, Francisco H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro : IPEA, 2000. p. 131-158.

FRY, Peter. Politics, nationality and the meanings of “race”. *Daedalus*, v. 129, n. 2, Spring 2000.

_____. O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, 1998.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson. do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice: Iuperj, 1988.

_____. Tendências de desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, v. 43, n. 3, 2000.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson. do Valle ; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. 240 p., il.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: _____. (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-18.

_____. Para acabar com a pobreza. *República*, São Paulo, n. 51, jan. 2001.

INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL. *Mapa da população negra no mercado de trabalho: regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal*. São Paulo: INSPIR: DIEESE, 1999. il.

ROSEMBERG, Fulvia. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2 v. 1986.

SILVA, Nelson do Valle. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, p. 7-15, dez. 1992.

———. Cor e pobreza no centenário da abolição. In: SILVA, Nelson do Valle ; HASENBALG, Carlos A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.: IUPERJ, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil, *Novos Estudos Cebrap*, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.

SOARES, Sergei S.D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA, 2000. 26 p., il. (Texto para discussão, n.769).